AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 09 | SETEMBRO 2024



CAFÉ BRASILEIRO

RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO FRENTE AO CENÁRIO GLOBAL

LA NIÑA FORTE DEVE INFLUENCIAR OS PREÇOS DO CAFÉ

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

MANEJO SUSTENTÁVEL O PAPEL CRUCIAL DO CARBONO NO SOLO

SAFRA 2024/25 LA NIÑA TRAZ SÉRIOS RISCOS PARA A PRODUÇÃO DE GRÃOS

MERCADO DE ALIMENTOS IMPACTO DAS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS SOBRE O SETOR



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiários: Michel Wachsmann e Tiago Gelly Lorente

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

LA NIÑA TRAZ SÉRIOS RISCOS PARA A PRODUÇÃO

SEGUNDO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no segundo trimestre deste ano em relação ao trimestre anterior. A indústria teve o melhor desempenho, com um aumento de 1,8%, seguida pelos serviços, que avançaram 1,0%. Por outro lado, como destaque negativo, a agropecuária recuou 2,3%. A redução na produção de milho (-10,3%) e de soja (-4,3%) superou o bom desempenho na produção de café (+6,6%) e de algodão (+10,8%). Esse crescimento do PIB foi superior ao previsto pelo mercado, o que deverá levar o Governo a ajustar para cima as suas previsões de desempenho econômico para o ano. Isso reforça o cenário de manutenção da taxa Selic em um patamar elevado.

Nesse contexto, o presidente Lula indicou Gabriel Galípolo para assumir a presidência do Banco Central do Brasil (BCB) em 2025. Considerando a postura de Roberto Campos Neto, atual presidente do BCB, nos últimos meses, provavelmente a gestão de Galípolo não deve ser muito diferente. Será dada continuidade às políticas já estabelecidas que buscam controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica do País.

Um dos destaques desta edição analisa o cenário da demanda por alimentos no Brasil. No curto prazo, o mercado de trabalho aquecido impulsiona o consumo interno, beneficiando diretamente a cadeia agropecuária. A médio e longo prazos, transformações demográficas significativas, como o envelhecimento da população e a redução na taxa de natalidade, redefinirão os padrões de consumo. O conhecimento e o estudo desses cenários são fundamentais para entender os impactos sobre a demanda por alimentos no mercado doméstico.

Para 2024/25, o mercado de grãos traz desafios e oportunidades. A atenção volta-se para o início da colheita nos Estados Unidos e a revisão para cima nos estoques da safra 2023/24, fatores que têm pressionado os preços no país. Esse movimento pode influenciar a oferta global e os preços no Brasil. No entanto, por ora, o mercado interno continua a ditar o rumo dos preços do milho brasileiro. Outro alerta importante é que o fenômeno La Niña pode vir mais forte, trazendo sérios riscos para a produção de grãos.

A estimativa de resultados para a safra 2024/25 aponta para margens apertadas, especialmente no caso do milho, com possíveis resultados negativos em alguns estados, como o Paraná. O diferencial competitivo para os produtores estará nos custos de produção e na produtividade das lavouras, que se tornarão fatores críticos para garantir bons resultados. Por outro lado, para a soja, mesmo com uma expectativa de retração de preços, os custos de produção mais controlados e a antecipação da venda podem assegurar melhores margens para os produtores. A gestão eficiente dos custos e a busca por uma alta produtividade serão essenciais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se desenham. Não custa repetir que a La Niña pode mexer bastante nos riscos.

Destaque principal de capa, a 18ª edição do Caderno Especial do Café, elaborada com contribuições de importantes entidades do setor, revela o notável desempenho do café brasileiro, que alcança recordes em exportações e consumo interno. Apesar dos desafios enfrentados, como altos custos de produção, gargalos logísticos e novas regulamentações internacionais, o Brasil mantém-se como um líder global no mercado cafeeiro. Além disso, o setor destaca-se pelo sólido compromisso com a sustentabilidade, evidenciado por iniciativas voltadas para a redução do impacto ambiental e a promoção de práticas agrícolas responsáveis. Em virtude de desequilíbrios entre oferta e demanda, os preços estão muito acima da média histórica, proporcionando lucros altos. Vale lembrar que é possível, inclusive para setembro de 2025, travar preços ao redor de R$ 1.500,00 por saca. Mais uma vez, a La Niña pode atrapalhar, quebrando a próxima safra. Se isso ocorrer de fato, o preço de R$ 1.500,00 será bastante ultrapassado. Haverá decisões difíceis para os produtores.

Por fim, destacamos um artigo que discorre sobre o papel crucial do solo na mitigação das mudanças climáticas e como as práticas de manejo sustentável influenciam diretamente na capacidade do solo de capturar e armazenar carbono. Contudo, para avançar na gestão do carbono do solo e contribuir eficazmente para a mitigação das mudanças climáticas, é essencial adotar práticas sustentáveis e harmonizar as metodologias de medição, assegurando uma gestão mais precisa e eficiente dos estoques de carbono. ■

04 EDITORIAL

06 AGRODROPS

15 MERCADOS & NEGÓCIOS

15 CAPA MERCADO INTERNO AQUECIDO E MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

17 CAPA SAFRA 2024/25: ESTIMATIVAS E POTENCIAIS DESAFIOS

20 POLÍTICA AMBIENTAL

20 REDD+ NO FUTURO MERCADO DE CARBONO BRASILEIRO

25 SUSTENTABILIDADE

25 CAPA CARBONO NO SOLO ESSENCIAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

23



SINDIVEG
COMO A REFORMA TRIBUTÁRIA IMPACTA O SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

40 COOXUPÉ
RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E DESTAQUE EM PESQUISA

43 AGRICULTURA REGENERATIVA
CONVERGINDO FERTILIDADE E SAÚDE DO SOLO

28



CAPA **CADERNO ESPECIAL DO CAFÉ**
DESAFIOS E RECORDES

35



TCP
REGENERAR OS SOLOS DOS CAFEZAIS

37



AGROCERES
EFEITOS DE GRÃOS DESTILADOS E GORDURA NO DESEMPENHO DE NOVILHAS

44 FAESP
COMEÇA O MAPEAMENTO DO AGRO PAULISTA

45 PRODUZIR
GARANTIR O SEGURO RURAL DEVE SER PRIORIDADE

46 OPINIÃO
SÃO PAULO PRODUZ ALIMENTOS QUE CHEGAM À MESA DA POPULAÇÃO

47 REFLEXÃO
PROPÓSITO E DIREÇÃO

LA NIÑA FORTE DEVE PRESSIONAR UMA ALTA SOBRE O CAFÉ

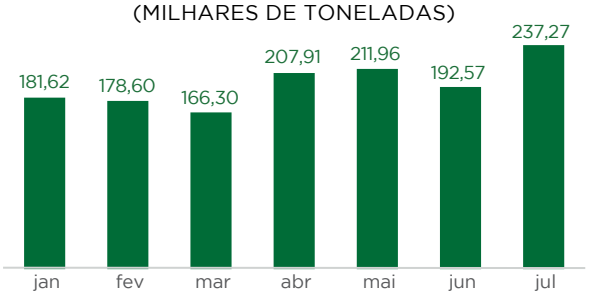
Atualmente, o café Arábica está com preço firme de R$ 1.450,00 por saca, com uma expectativa de preço futuro de R$ 1.490,00 por saca para setembro de 2025. Considerando que a média histórica otimista de preços reais é de R$ 968,00 por saca, conforme apresentado no Caderno Especial do Café desta edição, os preços atuais estão significativamente acima do padrão histórico. No entanto, a previsão de um evento muito forte do fenômeno La Niña pode trazer incertezas ao mercado.

Com um custo operacional total (COT) de R$ 879,12 e um desembolso direto para o produtor – excluindo a depreciação dos fatores – não ultrapassando R$ 500,00 em uma situação de boa produtividade, o cenário aponta para um potencial de lucro expressivo. Diante disso, vender uma parte da produção agora pode ser uma estratégia prudente para garantir resultados sólidos, reduzindo os riscos associados às possíveis variações climáticas e de mercado. No entanto, manter uma parte da produção estocada pode permitir a captura de preços ainda mais altos caso o impacto da La Niña seja tão severo quanto o previsto. Avaliar cuidadosamente esses fatores é essencial para maximizar os ganhos.

EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA DO BRASIL BATE RECORDE EM JULHO

Em julho último, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o Brasil exportou um recorde de 237,27 mil toneladas de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, superando o segundo melhor desempenho registrado, que se deu em maio deste ano. Esse volume recorde representa um aumento de 47,6% em relação a julho de 2023. No entanto, o preço médio da carne caiu 7% no mesmo período, ficando em US$ 4,408 por tonelada. O valor total negociado em julho último foi de US$ 1,046 bilhão, com uma média diária de US$ 45,482 milhões, representando um aumento de 37,2% em relação a julho do ano anterior.

BRASIL: VOLUME EXPORTADO DE CARNE BOVINA EM 2024
(MILHARES DE TONELADAS)

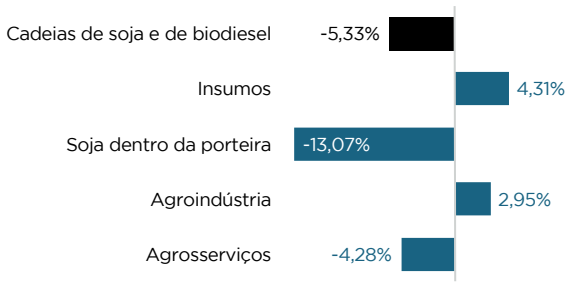


Fonte: SECEX

PIB DAS CADEIAS DE SOJA E DE BIODIESEL DEVE CAIR 5,33% NESTE ANO

De acordo com estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), o Produto Interno Bruto (PIB) da soja e do biodiesel no Brasil deve registrar uma queda de 5,33% neste ano. Esse recuo é atribuído, principalmente, à quebra da safra de soja e às suas consequências nos agrosserviços (como transporte e armazenagem). Separadamente, o PIB da soja deve cair 13,07%, enquanto os agrosserviços devem reduzir 4,28%. Por sua vez, a agroindústria deve crescer 2,95%, impulsionada pelo aumento no setor de biodiesel. O setor de insumos, por fim, deverá expandir 4,31%. O PIB total das cadeias produtivas de soja e de biodiesel é estimado em R$ 422 bilhões para este ano, representando 18% do PIB do agronegócio brasileiro e 3,9% da economia do País.

BRASIL: ESTIMATIVAS PARA O CRESCIMENTO DO PIB EM 2024 EM RELAÇÃO A 2023*
(%)



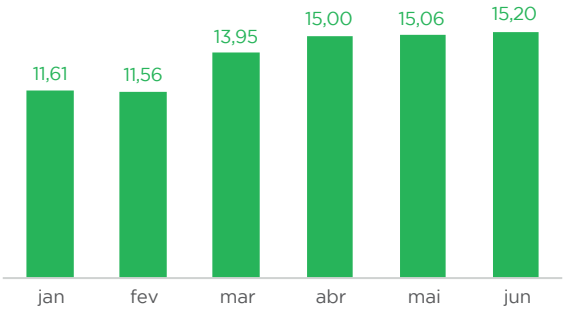
*Com base em informações até março de 2024
Fontes: Cepea/Esalq/USP; ABIOVE

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO ALCANÇAM US$ 82,39 BILHÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE

As exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US$ 82,39 bilhões no primeiro semestre deste ano, com destaque para junho, que registrou US$ 15,20 bilhões em vendas externas. Houve um aumento no volume de exportação de grãos, cana-de-açúcar, celulose, algodão, farelo de soja e café verde.

O complexo soja liderou as exportações do primeiro semestre, com US$ 33,53 bilhões, representando 40,7% do total exportado pelo agronegócio. Outros setores importantes incluem carne (14,3%), complexo sucroalcooleiro (11,2%), produtos florestais (10,1%) e café (6,4%). Roberto Perosa, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (SCRI/MAPA), destacou que o aumento se deve a recordes nas aberturas de mercado e ao diálogo internacional.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

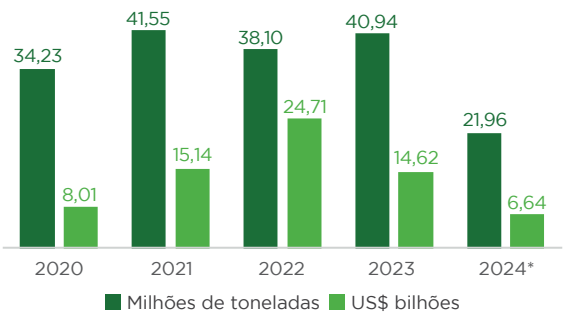


Fonte: MAPA

IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES NO BRASIL ATINGEM RECORDE EM JULHO

Muito dependente das importações de países fornecedores, o mercado brasileiro de fertilizantes precisa desdobar-se em função dos conflitos geopolíticos. Em julho último, o Brasil importou quase 4 milhões de toneladas de fertilizantes – um aumento de mais de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pela queda nos custos dos fertilizantes, que atingiram US$ 302 por tonelada, o menor valor desde 2021. De janeiro a julho últimos, a importação acumulada atingiu quase 22 milhões de toneladas. A redução dos preços permitiu que os produtores investissem mais em insumos, refletindo um cenário otimista para a safra 2024/25, com expectativas de maiores produtividade e rentabilidade para o agronegócio brasileiro.

BRASIL: IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES



*Dados de janeiro a julho
Fonte: Boletim Agroexport

BRASIL E CHILE FECHAM ACORDO PARA AMPLIAR PARCERIA NO AGRONEGÓCIO

O MAPA e o Ministério de Agricultura do Chile (Minagri) anunciaram um acordo para desenvolver sistemas agropecuários por meio de programas e projetos conjuntos. O Chile demonstrou interesse no programa de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+).

Além disso, ambos os países assinaram um Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) para a certificação eletrônica de vinhos e bebidas alcoólicas, visando agilizar a troca de certificados e facilitar o comércio. Também foi assinado um aditivo ao acordo de certificação orgânica para alinhar normas de produção entre os países, incentivando o comércio bilateral. Durante a visita ao Chile, o governo brasileiro firmou dezessete acordos e tratativas sobre diversos temas. Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), anunciou que são esperados investimentos de R$ 82 bilhões entre empresas brasileiras e chilenas, com R$ 50 bilhões destinados ao Brasil.

BAIXO ESTOQUE DE MILHO PARA A SAFRA 2024/25

A produção de milho teve uma redução de 12,4% na safra 2023/24 quando em comparação à da safra passada. As condições climáticas adversas e os preços internos baixos não estimularam os produtores a ampliarem o cultivo. Houve uma queda na área de plantio da primeira e da segunda safras. A menor disponibilidade do produto diminuiu a exportação depois do recorde no ciclo anterior. Para a safra 2024/25, o mercado interno sinaliza níveis baixos nos estoques de passagem e redução nos custos para aquisição de insumos. Nesse cenário, os preços podem reagir e motivar o plantio do cereal.

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO, EXPORTAÇÃO E ESTOQUES DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA	Produção	Consumo	Exportação	Estoques
2014/15	84,6	56,4	30,1	10,5
2015/16	66,5	56,3	18,4	5,3
2016/17	97,8	57,3	23,7	15,7
2017/18	80,7	59,0	41,1	14,6
2018/19	100,0	61,9	34,9	13,2
2019/20	102,6	67,0	34,8	15,3
2020/21	87,1	71,1	20,8	13,5
2021/22	113,1	74,5	46,3	8,1
2022/23	131,9	79,6	54,0	7,1
2023/24	115,6	84,2	36,0	4,9

Fonte: Conab

QUEBRA NA PRODUÇÃO NACIONAL DE SOJA

Metade da safra nacional de grãos corresponde à produção de soja. Desde a safra 2014/15 na liderança das culturas, os lucros fizeram crescer a área da sojicultura. Com relação às colheitas, houve uma diminuição por problemas climáticos nas temporadas 2018/19 e 2021/22. Junto com a depressão das cotações, esses eventos voltaram a se repetir com mais gravidade na safra 2023/24. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reduziram a estimativa da produção de 162,42 milhões para 147,34 milhões de toneladas (-9,3%) entre novembro de 2023 e agosto último. Diante dessa situação, as decisões dos produtores ocorrerão perto do período de plantio da safra 2024/25.

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GRÃOS DE SOJA

SAFRA	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)	Exportação (milhões de toneladas)
2014/15	32,09	96,23	51,58
2015/16	33,25	95,44	68,15
2016/17	33,91	114,08	83,25
2017/18	35,15	123,26	74,07
2018/19	35,87	118,72	82,97
2019/20	36,95	124,84	86,10
2020/21	39,53	139,39	78,73
2021/22	41,49	125,55	101,86
2022/23	44,08	154,61	97,50*
2023/24	45,98	147,34	–

Fontes: Conab; ANEC; *ABIOVE

AMPLIA-SE O NÚMERO DE ADIDOS AGRÍCOLAS NO EXTERIOR

O Decreto Federal nº 12.125, de 31 de julho último, autorizou o aumento do número de adidos agrícolas brasileiros no exterior de 29 para 40. Trata-se do maior aumento no número desses profissionais desde que foi criada a função. Os novos 11 postos estão distribuídos entre a Ásia (5), a África (3), a América do Sul (2) e a Europa (1). Os postos representam correspondentes diplomáticos voltados à agenda de mercados agropecuários. Sua função é buscar oportunidades para o agronegócio desenvolver parcerias comerciais, projetos de investimento e cooperação mútua entre países. Os novos locais serão definidos posteriormente por meio de uma portaria interministerial do MAPA e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

BRASIL: 29 ADIDÂNCIAS AGRÍCOLAS NO EXTERIOR

África do Sul	Coreia do Sul	Peru
Alemanha	Egito	Reino Unido
Angola	Estados Unidos	Rússia
Arábia Saudita	França	Singapura
Argentina	Índia	Suíça
Austrália	Indonésia	Tailândia
Canadá	Japão	União Europeia**
China*	Marrocos	Vietnã
Colômbia	México	

*Possui 2 adidos
**Possui 3 adidos: Bélgica (sede da União Europeia); França (sede da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE); e Itália (sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO –, na sigla em inglês).
Fonte: MAPA

AGRO CONCENTRA A MAIOR PARTE DAS COOPERATIVAS DO PAÍS

As 4.590 cooperativas espalhadas no território nacional empregam 550,6 mil pessoas. No ramo agropecuário, a soma é de cerca de 1.179 (25,7%) cooperativas, com o emprego de 257,1 mil (46,7%). Com as cooperativas impulsionadas por recordes de safra e cotações elevadas durante a pandemia, houve dois anos consecutivos de crescimento no faturamento, de R$ 358,4 bilhões em 2021 e de R$ 429,9 bilhões em 2022. Já em 2023, houve um recuo para R$ 423,1 bilhões (-1,6%). Essa queda é atribuída à estabilização dos preços em níveis mais baixos para as principais *commodities* agrícolas e insumos. Para este ano, a continuidade desse processo deverá refletir-se nos resultados financeiros. Os dados fazem parte do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024, divulgado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

AGENTES PRIVADOS NO AUTOCONTROLE DA DEFESA SANITÁRIA

As atividades de autocontrole dos agentes privados da defesa agropecuária foram regulamentadas pelo Decreto Federal nº 12.126, publicado em 1º de agosto último. A mudança possibilita a aplicação pioneira de um modelo regulatório responsivo. Sem intervenção do poder público, o documento estabelece o princípio do autocontrole. Os procedimentos visam garantir qualidade com segurança nos processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origens animal e vegetal. A partir de agora, o Estado destinará recursos de acordo com as situações prioritárias de risco da sociedade.

CASO DA DOENÇA DE NEWCASTLE EM AVES

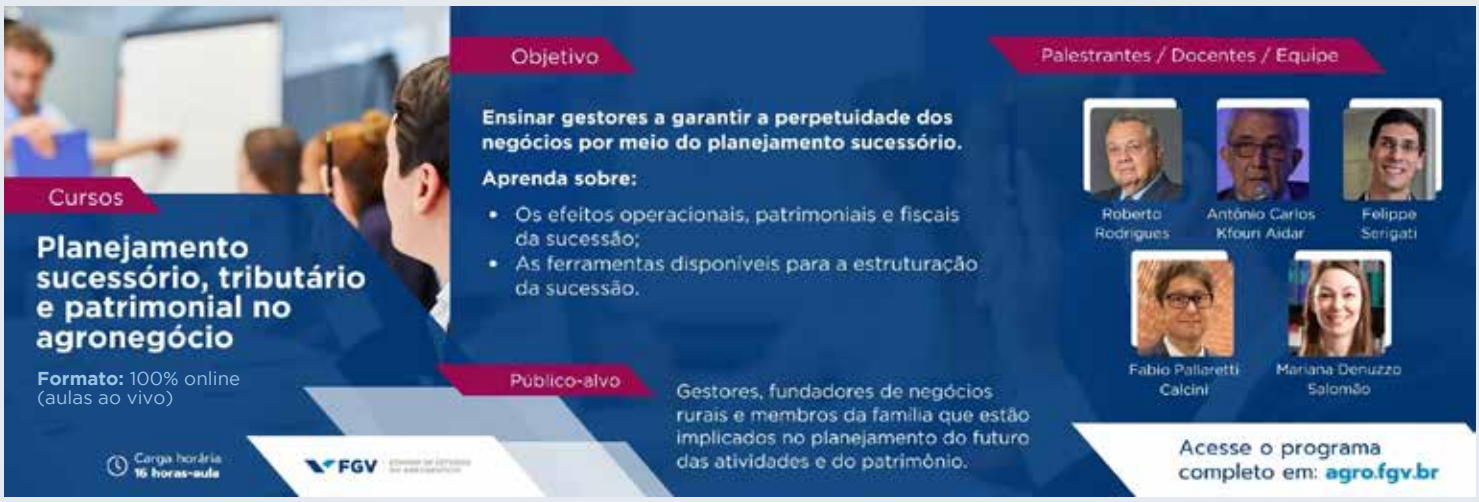
O MAPA declarou estado de emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul em 19 de julho último. Isso se deveu à detecção do vírus patogênico da doença de Newcastle em aves comerciais no estado gaúcho. As análises foram feitas no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo (LFDA-SP). Em 31 de julho, os resultados das ações de vigilância mantidas indicaram não haver novos casos suspeitos para a doença. A Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, na sigla em inglês) recebeu as notificações durante todo esse período. A prontidão do empenho das equipes de defesa agropecuária – tanto federal, quanto estadual – foi fundamental para o caso se resolver de maneira rápida e eficiente.

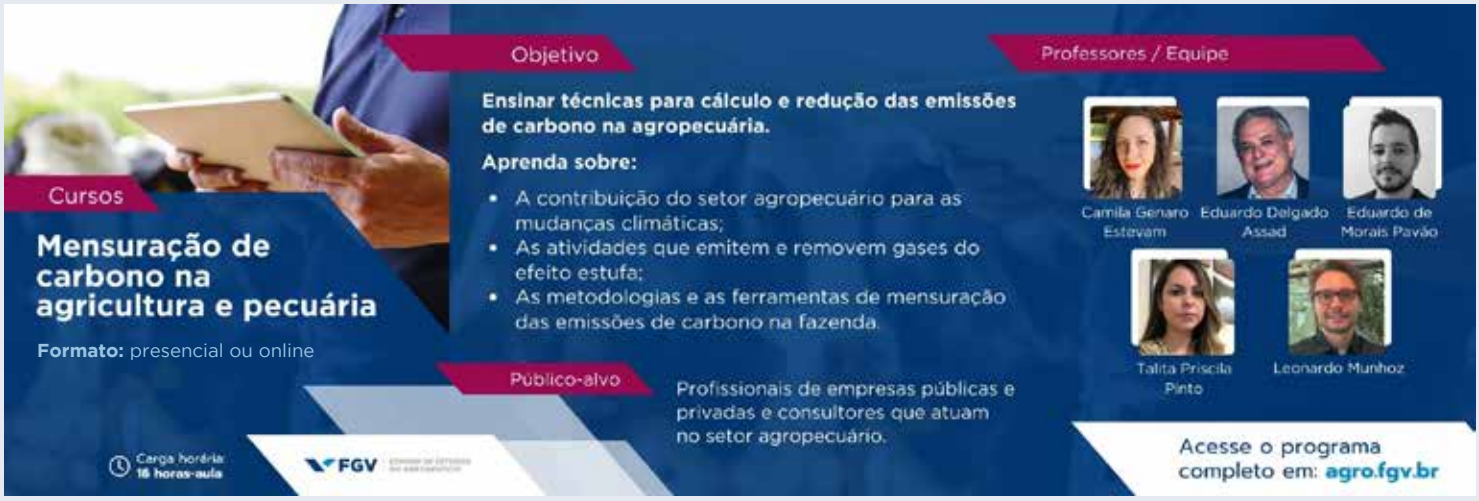
ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!







Os três cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link **https://agro.fgv.br/cursos** ou o QR *code* a seguir:

RELAÇÃO ENTRE A AGENDA 2030 E O AGRONEGÓCIO

O canal A Força do Agro contou com a participação de Talita Priscila Pinto, economista e coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV). Como tema, foi explorada a Agenda 2030, que, ao ser estabelecida em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), propôs os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável.

Baseando-se em um estudo do OCBio, Talita explicou que, embora o agronegócio seja responsável por uma parte significativa das emissões de gases do efeito estufa (GEE), a expansão do uso de tecnologias capazes de remover carbono da atmosfera permite ao setor remover mais do que emite, resultando em um equilíbrio, com um balanço neutro de emissões.

Foi ressaltada a importância de continuar implementando essas tecnologias e de aumentar a conscientização sobre o papel positivo do agronegócio na mitigação das mudanças climáticas, evidenciando como o setor pode ser um aliado crucial na luta contra o aquecimento global.

Para conferir a discussão sobre o tema na íntegra, acesse o QR *code* a seguir:

QUANTO CUSTARIA A RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS NO PANTANAL?

Em discussão numa matéria do Correio do Estado, um estudo do OCBio divulgado em outubro de 2022 aponta que seriam necessários R$ 15,96 bilhões para recuperar e reformar todas as áreas de pastagem do Pantanal que apresentam algum nível de degradação. Segundo o levantamento, 50% das áreas de pastagem do bioma apresentavam degradação severa, 35% apresentavam degradação moderada e apenas 15% não apresentavam degradação.

O nível de intervenção aplicado à área degradada depende do nível de degradação encontrado nas áreas analisadas. Assim, no caso de áreas em que a degradação se encontra em estágio avançado, as intervenções terão de ser mais intensivas e, por consequência, mais custosas.

Acesse a matéria completa por meio do QR *code* a seguir:

PROJETO DE LEI DO MERCADO DE CARBONO E ISENÇÃO DO AGRO

Na sua coluna de julho último do programa Planeta Campo, no Canal Rural, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, comentou sobre o Projeto de Lei (PL) do mercado de carbono em tramitação no Congresso Nacional e a isenção do setor agropecuário primário da obrigatoriedade de compensar emissões com créditos de carbono.

Munhoz explicou que, de acordo com os textos da Câmara e do Senado, as atividades agropecuárias primárias (da porteira para dentro) seriam isentas das obrigações no sistema brasileiro de mercado de carbono. Ou seja, essas atividades não precisariam realizar inventários de emissões entre 10 mil e 25 mil toneladas de gás carbônico (t CO_2), nem adquirir créditos de carbono para compensar emissões de mais de 25 mil t CO_2.

Entretanto, o pesquisador destacou que essa isenção não se aplica às atividades relacionadas ao transporte, ao processamento e à comercialização dos produtos agropecuários (da porteira para fora), as quais deverão contabilizar e compensar as emissões de acordo com as regras do mercado de carbono.

Assista à análise na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

EVENTO DISCUTE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO AGRO

Realizado em São Paulo, no começo de agosto último, e promovido pela ECCON Soluções Ambientais, pela Citrosuco e pela Reservas Votorantim, o evento “Produção e Conservação: um ciclo virtuoso em direção à sustentabilidade” contou com a presença de diversos especialistas.

Durante o evento, foi aberta a consulta pública para a metodologia PSA Carbon Agro Perene, uma nova iniciativa para valorizar serviços ambientais. Essa metodologia é parte de um esforço contínuo da ECCON, que, desde 2019, investe na criação de metodologias nacionais para conservação e produção sustentável.

COP 16 DA BIODIVERSIDADE: DIGITALIZAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS E BIOPIRATARIA

Em uma matéria publicada pelo Money Times, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, oferece uma análise sobre os desafios e as oportunidades do sequenciamento digital de recursos genéticos. Munhoz explica que essa tecnologia, que permite a digitalização do DNA, tem o potencial de transformar o acesso ao patrimônio genético global, mas também apresenta riscos significativos, como a biopirataria e a repartição inadequada dos benefícios gerados.

Destaca-se, na matéria, a importância da 16ª Conferência das Partes (COP 16, na sigla em inglês) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – que deve acontecer no final de outubro e começo de novembro próximos, em Cali, na Colômbia –, na qual será discutida a criação de um novo mecanismo global de repartição de benefícios relacionados ao sequenciamento digital.

Munhoz enfatiza a necessidade de o Brasil, que possui uma vasta biodiversidade e uma crescente indústria de biotecnologia, adotar uma postura ativa nas negociações da COP, garantindo que o sequenciamento digital seja reconhecido como uma forma de acesso ao patrimônio genético e, assim, assegurando a repartição justa dos benefícios.

Para ler a análise completa, acesse o QR *code* a seguir:

SHUTTERSTOCK



AGROINDÚSTRIA RECUPERA-SE DAS PERDAS DE MAIO E CRESCE EM JUNHO

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria brasileira voltou a crescer em junho último – 3,1% em relação ao mês anterior, já considerando os ajustes sazonais –, após enfrentar um período desafiador em maio, quando a tragédia climática no Rio Grande do Sul causou uma importante retração (-1,9%) na produção física. A expansão de junho foi derivada tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto, sobretudo, do de produtos não alimentícios.

No segmento de produtos não alimentícios, houve uma expansão de 5,5%, com destaque para os setores de insumos agropecuários (+13,6%) e de fumo (+17,0%) – justamente, setores que são importantes para o Rio Grande do Sul e os mais impactados pela tragédia climática no estado em maio último.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, por sua vez, a produção cresceu 1,4%, com destaque para o subsetor de alimentos de origem vegetal, que registrou um aumento de 3,5%. Esse crescimento foi sustentado pela produção de conservas, sucos, produtos do refino de açúcar e pela moagem de trigo. Por outro lado, produtos como arroz, óleos e gorduras e café impediram uma expansão ainda maior.

"...apesar das adversidades, a produção agroindustrial brasileira manteve um bom ritmo ao longo do primeiro semestre do ano, sustentado por fatores como preços relativamente estáveis das matérias-primas e um mercado interno fortalecido pelo crescimento da massa de rendimentos no País."

No acumulado do primeiro semestre deste ano, a agroindústria brasileira registrou um crescimento de 3,2% em comparação ao mesmo período de 2023. A alta, no primeiro semestre, foi derivada tanto do segmento de produtos não alimentícios (1,3%), como, principalmente, do segmento de produtos alimentícios e bebidas (4,6%). Ou seja, apesar das adversidades, a produção agroindustrial brasileira manteve um bom ritmo ao longo do primeiro semestre do ano, sustentado por fatores como preços relativamente estáveis das matérias-primas e um mercado interno fortalecido pelo crescimento da massa de rendimentos no País. Além disso, o setor externo tem apresentado um bom desempenho, ao menos em termos de volume, fazendo com que as exportações também sinalizem uma demanda externa com sustentação.

Para o fechamento deste ano, o FGV Agro projeta uma expansão anual de 3,2% para a produção agroindustrial no cenário-base, dado o desempenho favorável no primeiro semestre e uma expectativa de crescimento mais modesto para o segundo. Esse crescimento deverá ser impulsionado tanto pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto pelo de produtos não alimentícios, com expectativas de expansão de 3,5% e 2,8% respectivamente. Contudo, ainda não está claro se a recente depreciação do real e a forte volatilidade da taxa de câmbio trarão prejuízos para o desempenho já registrado do setor e, caso isso ocorra, se o crescimento da produção agroindustrial poderá aproximar-se mais do cenário pessimista (1,2%) do que do cenário-base (3,2%).

Em resumo, apesar dos desafios enfrentados, a agroindústria brasileira conseguiu manter um bom ritmo de crescimento ao longo do primeiro semestre deste ano. A continuidade dessa trajetória dependerá de fatores internos e externos, incluindo a estabilidade cambial e o desempenho dos setores mais afetados pela tragédia no Rio Grande do Sul.

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2024 (% A.A.)

Devido ao desempenho favorável do primeiro semestre deste ano e à expectativa de crescimento mais modesto para o segundo semestre, projeta-se uma expansão de 3,2% para a produção agroindustrial deste ano no cenário-base.

SEGMENTO	Pessimista	Base	Otimista
Agroindústria	1,2	3,2	5,4
Produtos alimentícios e bebidas	1,2	3,5	6,6
Produtos não alimentícios	1,2	2,8	4,0

Fonte: FGV Agro

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

MERCADO INTERNO AQUECIDO E MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

Como cenário econômico da demanda de alimentos no Brasil, o principal fator no curto prazo é a renda disponível, enquanto a composição demográfica destaca-se no médio/longo prazo. Com base na expansão do total de ocupados e do salário médio real, o mercado de trabalho está muito aquecido, impactando o consumo das famílias, o que é uma ótima notícia para a produção de alimentos. Já os movimentos demográficos que trazem mudanças relevantes ao perfil de consumo de alimentos são a expansão da população no médio prazo e o envelhecimento por que ela deve passar no período.

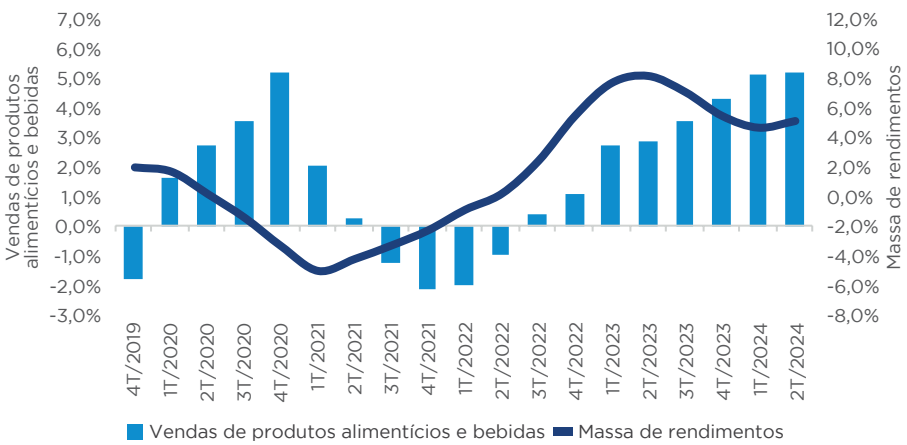
QUAIS SÃO os cenários para a demanda de alimentos no Brasil? A resposta a essa pergunta está condicionada a diversas variáveis. Do lado econômico, enquanto, no curto prazo, o principal fator é a renda disponível; no médio/longo prazo, a evolução das características demográficas também ganha destaque.

Para a realidade brasileira, no curto prazo, temos um mercado de trabalho bastante aquecido – talvez, até de forma excessiva e, portanto, insustentável –, o que deve garantir uma conjuntura favorável para o mercado interno até o final do ano. Já no médio/longo prazo, novas evidências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixam claro que estamos passando por uma transformação demográfica mais acelerada do que o previsto, por exemplo, no Censo de 2010.

Entre essas transformações demográficas, merecem muito destaque o envelhecimento da sociedade brasileira e a contundente redução na taxa de natalidade nacional. Esse novo cenário traz mudanças importantes ao perfil do consumo de alimentos no Brasil, bem como desafios para o mercado de trabalho.

MASSA DE RENDIMENTOS E VOLUME DE VENDAS DE ALIMENTOS E BEBIDAS NO BRASIL POR TRIMESTRE (%)*

Como resultado da expansão no total de ocupados e nos salários médios reais nos últimos quatro trimestres, o crescimento na massa de rendimentos da economia foi de 9,2% em junho último em relação ao mesmo mês de 2023.



*Dados referentes à média móvel de doze meses
Fontes: PNADC/IBGE; PMC/IBGE

MERCADO INTERNO AQUECIDO PARA O FINAL DO ANO

O mercado de trabalho no Brasil tem apresentado um desempenho bastante positivo nos últimos trimestres. No encerramento do segundo trimestre do ano: (i) a taxa de desocupação registrou o menor patamar (6,9%) para um mês de junho desde o início da série histórica do indicador (primeiro trimestre de 2012); (ii) a população ocupada atingiu um total de 101,8 milhões de pessoas, o maior contingente já registrado pela pesquisa; e (iii) o rendimento médio real das pessoas ocupadas tem registrado taxas de crescimento anuais superiores a 4% ao longo dos últimos doze meses.

O comportamento do mercado de trabalho sinaliza a recuperação da atividade econômica, que passou a absorver um maior contingente da força de trabalho disponível. Além disso, essa maior absorção significa um crescimento da capacidade de consumo das famílias brasileiras, dado que uma parcela majoritária da renda disponível da economia tem como fonte o recebimento dos salários.

Esse efeito de geração de renda e dos seus desdobramentos sobre a capacidade de consumo das famílias pode ser medido por meio da massa de rendimentos, resultado da multiplicação

NOVA DEMOGRAFIA: BRASIL MAIS ENVELHECIDO E MENOS POPULOSO

Para traçar um cenário de médio prazo, uma variável importante para a composição da demanda final por alimentos, fibras, energia etc. é a evolução demográfica da economia.

Na última semana de agosto último, o IBGE divulgou as novas projeções demográficas para o Brasil, tendo como base o conjunto de dados coletados no último censo populacional, realizado em 2022. Segundo o Instituto, a população brasileira deverá seguir em expansão até 2041, atingindo 220,4 milhões de brasileiros, passando, então, a ter uma trajetória de decrescimento absoluto da população, convergindo para 199,2 milhões de brasileiros em 2070. Esse movimento demográfico, segundo aponta o estudo, é fruto de uma redução na taxa de natalidade do País.

Em 2000, a taxa de fecundidade era de 2,32 filhos por mulher, proporção essa que foi reduzida para 1,57 filho por mulher em 2023. Essa tendência deve acentuar-se até 2040, quando a proporção de filhos por mulher deve atingir 1,44. O efeito da redução na taxa de fecundidade acaba sendo compensado por uma maior esperança de vida ao nascer, fazendo com que seja possível um crescimento da população por certo período, mesmo com uma taxa de reposição demográfica inferior a 2,00 filhos por mulher.

Posto isto, em termos de mercado doméstico, podemos desenhar um cenário positivo para os principais componentes da demanda por alimentos: o nível de renda e o mercado de trabalho no curto prazo e o crescimento populacional e a composição demográfica no médio prazo. Esse cenário desdobra-se em uma maior sustentação da demanda doméstica e os seus efeitos sobre os preços internos no curto prazo.

"Segundo o Instituto [IBGE], a população brasileira deverá seguir em expansão até 2041, atingindo 220,4 milhões de brasileiros, passando, então, a ter uma trajetória de decrescimento absoluto da população, convergindo para 199,2 milhões de brasileiros em 2070."

SHUTTERSTOCK



,do total de ocupados pelo salário médio real do período. Ao longo dos últimos quatro trimestres, ingressaram no mercado de trabalho 2,9 milhões de novos trabalhadores, que obtiveram, junto com os demais ocupados, um crescimento do salário real de 5,6%. Como resultado da expansão no total de ocupados e do crescimento no rendimento médio real, a massa de rendimentos da economia passou de R$ 295,3 bilhões, em junho de 2023, para R$ 322,6 bilhões, em junho último – um crescimento de 9,2%.

Os efeitos desse crescimento da capacidade de consumo das famílias sobre a atividade agropecuária são bastante positivos. Embora as exportações do agronegócio brasileiro, com frequência, ganhem um grande destaque na imprensa, o principal destino da produção de alimentos brasileira é, de longe, o próprio mercado interno. Portanto, em um cenário de curto prazo, um mercado de trabalho aquecido é uma boa notícia para a cadeia brasileira de produção de alimentos. A capacidade de manutenção de uma trajetória de crescimento nos patamares observados ao longo dos últimos trimestres é um ponto em aberto e merece atenção, mas não será o foco deste artigo. ■

"Embora as exportações do agronegócio brasileiro, com frequência, ganhem um grande destaque na imprensa, o principal destino da produção de alimentos brasileira é, de longe, o próprio mercado interno."

1 Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – acosta.diz@gmail.com

2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

SAFRA 2024/25: ESTIMATIVAS E POTENCIAIS DESAFIOS

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI, JULIANA PILA, JAYNE COSTA*

Após o agro brasileiro passar por dois anos desafiadores, este artigo analisa as expectativas de resultados para a safra 2024/25 e os fatores que têm reflexos diretos nas culturas de soja e milho. Em vista de um cenário de preços firmes no curto/médio prazo para o milho e de um mercado de soja pressionado, os dados de rendimento e custos de produção devem trazer um grande diferencial para o ciclo que se inicia. Sendo os EUA um dos principais produtores dessas duas commodities *e o berço da Bolsa de Chicago, mantém-se a atenção sobre os movimentos da produção e das expectativas no país, que podem impactar os preços no mercado brasileiro. Contudo, por ora, o mercado interno segue ditando os rumos dos preços. O fenômeno La Niña traz riscos adicionais para a soja e o milho.*

NO BRASIL, a safra 2024/25 começa em setembro, e, após dois anos desafiadores ao agricultor brasileiro, há dúvidas e pontos de incerteza para o próximo ano-safra.

É preciso estar alerta para o início da colheita da safra 2024/25 nos Estados Unidos, em setembro, e sobre a revisão para cima na expectativa de estoques locais da safra 2023/24. Esse quadro tem pressionado os preços no país, podendo impactar a oferta no mercado internacional e os preços no mercado brasileiro. Mas, por ora, o mercado interno deverá seguir ditando o rumo dos preços para o milho brasileiro. Além disso, chamam a atenção os riscos que o fenômeno La Niña traz para as culturas de soja e milho.

ESTIMATIVA DE RESULTADOS PARA A SAFRA 2024/25 NO BRASIL

Com a perspectiva de preços firmes no curto e no médio prazos para o milho, frente a um mercado de soja pressionado, os custos de produção e o rendimento das lavouras terão um grande diferencial para a safra 2024/25 – principalmente considerando a rotação soja-milho.

Para calcular a estimativa de resultados, consideramos a produtividade média entre as safras 2022/23 e 2023/24. Para isso, os preços considerados como referência foram os preços médios mensais deste ano, até agosto, para cada estado considerado, de acordo com um levantamento da Scot Consultoria. Como critério para a avaliação, consideramos os estados com maiores áreas em cada uma das safras (primeira e segunda).

Na Tabela 1, estimamos o resultado para a produção de milho na primeira safra, enquanto, na Tabela 2, estimamos os resultados para a rotação de soja na primeira safra e milho na segunda safra.

Esperamos custos de produção menores – ou mais controlados – para a safra 2024/25. Os custos de produção mais contidos e a antecipação da venda podem garantir bons resultados ao produtor, principalmente aquele que estiver de olho no mercado de soja, para o qual se espera uma retração de preços na próxima safra.

Além disso, garantir uma boa produtividade em meio aos desafios que o clima pode imprimir também poderá colaborar com melhores resultados.

Estimamos margens apertadas ao produtor de milho – seja na primeira ou na segunda safra –, com a possibilidade de margens negativas em alguns estados, como o Paraná. Assim, ressaltamos que, em um cenário em que não esperamos grandes evoluções para os preços no mercado de milho, os principais diferenciais para melhores resultados serão os custos de produção e a produtividade.

"Esperamos custos de produção menores (...) para a safra 2024/25. Os custos de produção mais contidos e a antecipação da venda podem garantir bons resultados ao produtor, principalmente aquele que estiver de olho no mercado de soja..."

PERSPECTIVA PARA A PRODUÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Ainda quanto ao próximo ano-safra, vale analisar a situação do mercado norte-americano de soja e milho. O país, junto do Brasil, é um dos principais produtores dessas *commodities*, e o desenvolvimento da produção local direciona os preços, considerando que a principal formadora de preços internacionais, a Bolsa de Chicago (CBOT, na sigla em inglês), está localizada no país.

Enquanto iniciamos a semeadura da safra 2024/25 na América do Sul, o mercado norte-americano começa a sua colheita e as condições da safra local

promovem uma grande pressão sobre os preços no mundo.

A safra estadunidense atual teve um bom desenvolvimento, e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) aumentou a expectativa de produção de ambas as *commodities* no país nos últimos dois meses (junho e julho) – recorte que pressionou os preços na Bolsa de Chicago, refletindo-se no Brasil –, com destaque para o mercado de soja.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA E POTENCIAIS IMPACTOS

Em 12 de agosto último, o USDA apresentou um novo relatório de balanço de oferta e demanda (O&D) para a safra 2024/25 e algumas atualizações para a produção 2023/24 – em fase final de colheita na América do Sul.

De olho na produção global, espera-se uma maior produção de soja nos Estados Unidos em relação à da safra 2023/24 – movimento já apontado no início da safra com a indicação de um aumento na área plantada com a cultura.

Para o milho, estima-se uma produção menor do que na última safra – movimento também esperado pelo mercado, em função de uma expectativa de área menor com a cultura –, mas, com o bom desenvolvimento das lavouras e revisões para cima na estimativa de área, a produção será maior do que a inicialmente prevista, apesar de menor do que a da última safra.

A Argentina e o Brasil também devem aumentar suas produções de soja e de milho para o próximo ano-safra, o que promoverá maiores estoques finais para essas *commodities*, ou seja, o mercado deve seguir pressionado.

O destaque para esse quadro fica para o mercado de soja, cuja expectativa é de que reserve o maior estoque final da história. Esse é um ponto de atenção ao sojicultor brasileiro, que deve ver um quadro de estabilidade a queda nos preços – a depender, é claro, da confirmação de produção na América do Sul e do câmbio.

Nas Tabelas 3 e 4, destacamos os principais números apresentados para, respectivamente, os mercados globais de soja e milho.

TABELA 1 – ESTIMATIVA DE RESULTADOS PARA A PRIMEIRA SAFRA DE MILHO NA TEMPORADA 2024/25

Estimam-se margens apertadas ao produtor de milho, podendo haver margens negativas em alguns estados, como o Paraná. Nesse cenário, os principais diferenciais para melhores resultados serão os custos de produção e a produtividade.

MILHO (1ª SAFRA)	Rio Grande do Sul	Paraná	Minas Gerais
Custos de produção (R$ por hectare)	4.947,30	8.737,20	4.842,90
Produtividade média (sacas por hectare)	87,00	153,80	102,40
Preço médio de venda (R$ por saca)	61,06	55,68	54,17
Receita (R$ por hectare)	5.312,22	8.564,51	5.548,81
LUCRO (R$ POR HECTARE)	**364,92**	**-172,69**	**705,91**

Fontes: Scot Consultoria; IMEA; Conab

TABELA 2 – ESTIMATIVA DE RESULTADOS PARA A SEGUNDA SAFRA DE MILHO NA TEMPORADA 2024/25

Considerando os custos de produção mais contidos e a antecipação da venda, estima-se que haja bons resultados para o produtor de soja, que deve estar atento a uma possível retração de preços na próxima safra.

SOJA	Mato Grosso	Paraná	Goiás
Custos de produção (R$ por hectare)	5.410,52	5.093,17	4.499,40
Produtividade média (sacas por hectare)	58,00	58,00	62,00
Preço médio de venda (R$ por saca)	117,33	121,16	116,36
Receita (R$ por hectare)	6.797,32	7.083,82	7.156,14
LUCRO (R$ POR HECTARE)	**1.386,80**	**1.990,65**	**2.656,74**

MILHO (2ª SAFRA)	Mato Grosso	Paraná	Goiás
Custos de produção (R$ por hectare)	4.229,16	5.239,53	4.857,00
Produtividade média (sacas por hectare)	114,45	92,40	105,10
Preço médio de venda (R$ por saca)	37,27	55,39	49,69
Receita (R$ por hectare)	4.265,55	5.119,88	5.222,42
LUCRO (R$ POR HECTARE)	**36,39**	**-119,65**	**365,42**

LUCRO TOTAL (R$ POR HECTARE)	**1.423,19**	**1.871,00**	**3.022,16**

Fontes: Scot Consultoria; IMEA; Conab

INCERTEZAS NO MILHO TRANSMITEM FIRMEZA

Apesar do mercado pressionado nos Estados Unidos e do fim da colheita da segunda safra de milho no Brasil, não se sente o impacto sobre o mercado doméstico, com alguns fatores locais sustentando os preços.

Mesmo com a maior oferta no Brasil, a produção foi menor do que na safra 2022/23, período em que a produção, apesar de ter sido recorde, foi praticamente toda consumida entre a demanda interna e a exportação.

TABELA 3 – BALANÇO DE O&D GLOBAL DE SOJA (MILHÕES DE TONELADAS)

Para a safra 2024/25, espera-se uma maior produção de soja nos EUA em relação à safra anterior. O mesmo pode ser observado no caso do Brasil e da Argentina. Além disso, há estimativas de que se registre o maior estoque final da commodity *da história.*

	Safra 2023/24 (A)	Safra 2024/25 (B)	Var. (B/A)
Estados Unidos			
Produção	113,34	124,90	10,2%
Exportação	46,27	50,35	8,8%
Brasil			
Produção	153,00	169,00	10,5%
Exportação	105,00	105,00	0,0%
Argentina			
Produção	49,00	51,00	4,1%
Exportação	5,60	5,50	-1,8%
China			
Produção	20,84	20,70	-0,7%
Importação	108,00	109,00	0,9%
Mundo			
Produção	395,41	428,73	8,4%
Estoque final	111,25	134,30	20,7%

Fonte: USDA; elaboração: Scot Consultoria

TABELA 4 – BALANÇO DE O&D GLOBAL DE MILHO (MILHÕES DE TONELADAS)

Já para a produção de milho, estima-se uma safra 2024/25 menor do que a última safra. Porém, caso as lavouras tenham um bom desenvolvimento e haja revisões para cima na estimativa de área, a produção pode ser maior do que se previu.

	Safra 2023/24 (A)	Safra 2024/25 (B)	Var. (B/A)
Estados Unidos			
Produção	389,69	384,74	-1,3%
Exportação	57,15	58,42	2,2%
Brasil			
Produção	122,00	127,00	4,1%
Exportação	50,00	49,00	-2,0%
Argentina			
Produção	50,00	51,00	2,0%
Exportação	35,00	36,00	2,9%
Ucrânia			
Produção	32,50	27,20	-16,3%
Exportação	29,50	24,00	-18,6%
Mundo			
Produção	1.223,81	1.219,82	-0,3%
Estoque final	308,52	310,17	0,5%

Fonte: USDA; elaboração: Scot Consultoria

Com o clima prejudicando as lavouras em diferentes regiões no Brasil – destaque para Paraná, Mato Grosso do Sul e algumas regiões de Goiás –, a oferta está mais ajustada à demanda atualmente, o vendedor encontra-se retraído e a demanda está firme, o que tem sustentado os preços do milho no mercado doméstico.

De olho nas expectativas e nos preços, o mercado sinaliza de estabilidade a alta nas cotações do milho no Brasil. Sustenta esse cenário o fato de que, em agosto último, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) elevou a expectativa de exportação, que passou de 33,5 milhões para 36,0 milhões de toneladas. Enquanto isso, o consumo interno foi mantido pela autarquia, estimado em 84,2 milhões de toneladas.

Além disso, houve uma redução na expectativa de produção (200 mil toneladas a menos). Com essa redução e o aumento na demanda total – em função da exportação maior –, o estoque final na safra 2023/24 foi estimado em 4,9 milhões de toneladas, contra 7,6 milhões em julho último.

Se confirmado, esse será o menor estoque final dos últimos anos, o que tem colaborado com a expectativa de preços firmes para o último trimestre deste ano e o início de 2025. ■

"Com essa redução [na expectativa de produção de milho] e o aumento na demanda total (...), o estoque final na safra 2023/24 foi estimado em 4,9 milhões de toneladas, contra 7,6 milhões em julho último. (...) Se confirmado, esse será o menor estoque final dos últimos anos..."

* Analistas de mercado da Scot Consultoria

REDD+ NO FUTURO MERCADO DE CARBONO BRASILEIRO

LEONARDO MUNHOZ[1], MARINA MONNÉ DE OLIVEIRA[2], YURI RUGAI MARINHO[3]

Atualmente em trâmite no Senado Federal, o PL nº 182/24, que versa sobre a regulação do mercado de carbono nacional, voltou da Câmara dos Deputados com o acréscimo de definições, regras e especificidades relacionadas a projetos de REDD+. Tais ajustes precisam de uma maior discussão, pois podem conflitar com a Constituição e trazer dificuldades operacionais relevantes para esse modelo de projeto de carbono. Dada a necessidade urgente de uma lei que regule o SBCE, não é o momento adequado para detalhar projetos de REDD+. A regulamentação destes pode ser tratada de forma separada no futuro, com a viabilização de um fórum que amadureça o debate e possibilite acomodar as demandas do público e do privado sobre o tema.

O PROJETO de Lei (PL) nº 182/24, sobre a regulação do mercado de carbono nacional, tramita, atualmente, no Senado Federal. Esse PL propõe a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Se o Senado o aprovar, vai para sanção do presidente; se propuser alterações dentro do mesmo PL, ele volta para a palavra final da Câmara dos Deputados; e, se criar outro PL, reinicia o processo legislativo de discussão do texto.

O primeiro texto do SBCE teve origem no Senado Federal, com o PL nº 412/22, tendo aprovação inicial na Comissão de Meio Ambiente (CMA) da casa, em caráter conclusivo. Com isso, o texto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde foi apensado ao PL nº 2.148/15 da casa e aprovado em plenário em 21 de dezembro de 2023. Os deputados mantiveram uma grande parte do texto do Senado, especialmente a sua estrutura de governança e os tetos de emissão de gases do efeito estufa (GEE), de 10 mil e 25 mil toneladas de CO_2 por ano para as obrigações de, respectivamente, inventário e conciliação de emissões com volume de permissões (na forma de cotas de emissões, créditos de carbono e certificados de redução verificada de emissões).

Os deputados adotaram uma postura detalhista para o tema dos projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+, na sigla em inglês), algo que poderia ser trabalhado em regulamentação futura, após aprovação da lei. Podem ter criado, também, situações que conflitariam em alguns pontos com a Constituição e inviabilizariam aspectos operacionais dos projetos, podendo prejudicar uma das principais oportunidades do segmento.

É importante lembrar que REDD+ é apenas uma das modalidades existentes de projetos aptos a gerarem créditos de carbono. Além dessa, podemos citar outras modalidades que já contam com metodologias e certificadoras, com projetos em desenvolvimento ao redor do mundo, a exemplo da restauração

PROJETOS DE REDD+ NO ESCOPO DO PL Nº 182/24

Possivelmente com a intenção de fortalecer os projetos de REDD+ no PL que versa sobre a regulação do mercado de carbono nacional, os deputados incluíram definições, regras e particularidades para esse modelo de projeto no texto legislativo.

Projetos estatais de crédito de carbono "REDD+ abordagem de mercado"	Projetos a serem desenvolvidos por um ente público, isoladamente ou em convênio com outros, realizados nas áreas que determinado ente público tenha selecionado. Previstos no artigo 2º, inciso XXVIII.
Programas estatais "REDD+ abordagem de não mercado"	Programas de REDD+ a serem desenvolvidos por entes públicos. Previstos no artigo 2º, inciso XXVI.
Programas jurisdicionais de crédito de carbono "REDD+ abordagem de mercado"	Programas jurisdicionais a serem realizados por entes públicos em escala nacional ou estadual. Previstos no artigo 2º, inciso XXVII.
Projetos privados de crédito de carbono "REDD+ abordagem de mercado"	Projetos privados realizados nas áreas de propriedade privada ou usufruto. Previstos no artigo 2º, inciso XXIX.

Fonte: elaboração pelo autor


SHUTTERSTOCK

(florestamento, reflorestamento e revegetação) e da agricultura regenerativa, além de projetos de captura e armazenamento de carbono e de transição energética.

A tentativa de regulamentar os projetos de REDD+ dentro do contexto de um PL muito mais amplo, que estabelece o SBCE, não nos parece a melhor técnica, pois, além sobrecarregar o texto e dificultar a tramitação do processo legislativo, pode gerar – e já vem gerando – questões e dúvidas sobre a futura aplicação desses dispositivos.

Além de sobrecarregar o texto do PL nº 182/24, a tentativa de regulamentar os projetos de REDD+ dentro dele não parece ser a melhor opção, pois pode gerar questões e dúvidas sobre como serão aplicados esses dispositivos no futuro.

INCERTEZAS DOS PROJETOS DE REDD+ JURISDICIONAL

Conforme apontado no quadro, o PL cria diferenças e regras entre projetos de REDD+, projetos de REDD+ Jurisdicional, projetos públicos e privados, com ou sem "abordagem de mercado". Embora o mercado internacional já tenha cerca de dez anos de experiência em projetos de REDD+, tais conceitos nunca foram trazidos por qualquer instituição nacional ou estrangeira para o Brasil, o que gera dúvidas quanto a sua efetividade e necessidade.

Além da dificuldade de compreensão de tais conceitos, preocupa a definição de projetos de REDD+ Jurisdicional (artigo 2º, inciso XXVII), os quais, de acordo com o texto, se sobrepõem a qualquer outro projeto de carbono. Nessa redação, se um REDD+ Jurisdicional for implantado, todos os proprietários de terras que estiverem dentro do polígono do projeto (que tenham ou não tenham intenção de participar de um projeto de carbono) estarão sujeitos às suas regras, independentemente de sua vontade. Para sair do projeto, o proprietário deve comunicar por meio de documento escrito, protocolado perante a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), com reconhecimento de firma em tabelionato de notas, manifestando a sua vontade de retirar o seu imóvel do programa jurisdicional. Haverá, portanto, burocracia para manifestar sua intenção em não participar.

Esse dispositivo do PL, sobrepondo o projeto de REDD+ Jurisdicional à vontade de um REDD+ particular por parte de proprietários, poderia representar um conflito com o direito de propriedade – o qual é uma cláusula pétrea da Constituição, nunca podendo ser alterada.

Além disso, essa sobreposição pode sobrecarregar os entes públicos: imagine centenas ou milhares de proprietários requerendo, ao mesmo tempo, sua exclusão de projetos de REDD+ Jurisdicionais em diferentes estados do País. Imagine, também, a dificuldade de um proprietário tendo de entender os limites geográficos dos projetos jurisdicionais do País e apresentar pedidos de exclusão do seu imóvel, procurar a CONAREDD+, reconhecer a sua firma em um tabelionato, justificar o seu pedido etc. Na prática, o procedimento a ser adotado pode gerar entraves.

Assim, o PL prevê a possibilidade de o proprietário não participar de um projeto de REDD+ Jurisdicional, mas não foi definido, por exemplo, como ficará a contabilidade dos créditos gerados na área privada em face dos créditos gerados na jurisdição (nacional ou estadual). Parece uma regulamentação "pela metade" que, justamente por ser parcial, causa insegurança jurídica e questionamentos.

PRIORIDADE AO MERCADO DE CARBONO REGULADO

O escopo do PL em questão é a criação do tão esperado mercado regulado de carbono no Brasil. Entretanto, a criação de um mecanismo de *cap and trade* – em que setores selecionados devem cumprir metas estabelecidas e, se as ultrapassarem, devem compensar comprando créditos de carbono –, como é o modelo previsto, já não é simples. É preciso definir como o sistema funcionará (tetos, permissões, distribuição e possibilidade de comercialização de permissões etc.), estabelecer um robusto sistema de governança e integrar esse mercado regulado com o já existente e promissor mercado voluntário de créditos de carbono.

Essas questões, por si só, já tornam o PL complexo. Além disso, este também aborda a regulamentação detalhada da modalidade REDD+ de projetos de carbono, o que desloca o foco e as discussões para esse ponto específico. Isso acaba prejudicando a construção do tão urgente mercado de carbono regulado. Além disso, parece que se desconsidera a potencialidade do Brasil para inúmeros outros modelos de projeto, como aqueles voltados à agricultura – tão necessitados.

Desta forma, não seria apropriado, no momento, o detalhamento de projetos de REDD+ no texto do PL. Sua regulamentação deveria ser feita em separado posteriormente, viabilizando um fórum de debate para amadurecimento da temática (que é complexa, sob os pontos de vista técnico e legal) e acomodação das necessidades do público e do privado.

O PL deve focar em diretrizes gerais que garantam a confiabilidade da geração de créditos de carbono (independentemente da modalidade de projeto), o que envolve a comprovação da elegibilidade e da adicionalidade, o uso de metodologias sérias e completas e a concessão de incentivos financeiros.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) já alertou: não temos mais tempo. A urgência por uma lei para o mercado de carbono não pode ser comprometida pela tentativa de incluir uma regulamentação específica no mesmo texto. Sejamos sensíveis à urgência e confiantes de que o momento para o adequado tratamento dos projetos de REDD+ chegará. ■

"A urgência por uma lei para o mercado de carbono não pode ser comprometida pela tentativa de incluir uma regulamentação específica no mesmo texto. Sejamos sensíveis à urgência e confiantes de que o momento para o adequado tratamento dos projetos de REDD+ chegará."

O QUE SÃO PROJETOS DE REDD+

De forma breve, REDD+ é uma modalidade de projeto de carbono que se baseia na redução de emissões de GEE por desmatamento e degradação florestal evitados. Ou seja, ao se evitar o desmatamento ou a degradação de uma floresta, estamos reduzindo emissões de GEE no Planeta.

Os projetos de REDD+ tiveram origem no escopo das negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês). Inicialmente, na 9ª Conferência das Partes (COP 9, também em inglês), realizada em Milão, em 2003, acordou-se que os países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais que reduzissem suas emissões nacionais oriundas de desmatamento receberiam uma compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas.

Posteriormente, na COP 13, realizada em Bali, em 2007, foi adotada a Decisão 1/CP.13, chamada de "Bali Action Plan". Esta acabou ampliando o escopo de REDD da COP anterior, para que os projetos de REDD não só contemplassem desmatamento evitado e recuperação de florestas, mas também conservação, manejo sustentável e aumento de estoques de carbono nas florestas. Com isso, os projetos de REDD foram renomeados para REDD+. A consolidação dessa modalidade de projetos deu-se na COP 15, em 2009, com o Acordo de Copenhague.

Como o Brasil é o país com o maior volume de biomassa florestal do mundo, é o país com o maior potencial para desenvolver projetos de REDD+. É preciso levar o tema a sério.

Nesse sentido, talvez com a intenção de fortalecer esse modelo de projeto de carbono no PL, os deputados adicionaram uma série de definições, regras e particularidades para REDD+ ao texto legislativo do SBCE.

1 Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

2 Coordenadora de Regulação da ECCON Soluções Ambientais

3 Sócio-diretor da ECCON Soluções Ambientais


SHUTTERSTOCK

COMO A REFORMA TRIBUTÁRIA IMPACTA O SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

ELIANE KAY[1], EDMARCOS ELIAS[2]

Aprovada na Câmara dos Deputados, a reforma tributária traz avanços para o agro, mas restringe a lista de insumos com alíquota reduzida.

APÓS ANOS de discussão, a proposta de reforma tributária sobre o consumo foi aprovada pela Câmara dos Deputados – na forma do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/24 –, trazendo importantes avanços na regulamentação das alíquotas da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em especial em relação à redução em 60% para os insumos agropecuários e aquícolas (seção X, art. 133).

Esse tratamento diferenciado aplicado a itens essenciais na produção de alimentos, como fertilizantes, sementes, rações para animais e defensivos agrícolas, é importante para o conceito de redução dos custos nas cadeias produtivas agrícola e pecuária.

No caso dos defensivos agrícolas, o texto do PLP nº 68/24 aprovado pela Câmara dos Deputados, no entanto, restringiu a lista de insumos agropecuários apenas aos produtos formulados contemplados com a classificação NCM 3808, não incluindo as matérias-primas utilizadas em sua produção, fazendo com que a agroindústria pague a alíquota cheia de CBS e IBS no início do processo produtivo. Nesse cenário, a proposta com a lista incompleta provoca uma distorção tributária que pode acentuar a desindustrialização nacional. Isso se dá ao tributar integralmente as matérias-primas para a produção de defensivos agrícolas, em sua grande maioria, importadas, enquanto se aplica alíquota reduzida aos produtos formulados, desincentivando investimentos na produção local e a geração de empregos e renda no Brasil.

Ademais, mantida a proposta do PLP nº 68/24 aprovada pela Câmara, a indústria, quando da aquisição das matérias-primas, incorrerá um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 100% e, na saída do produto acabado, sobre o "insumo para o produtor rural e agropecuário", incidirá um IVA de 40%. Ou seja, haverá antecipação de caixa para o Governo de um recurso necessário para o giro operacional das empresas e o financiamento da agricultura nacional. É importante ressaltar que, historicamente, há uma carência de recursos para essa finalidade no sistema financeiro nacional, sendo esse papel executado em larga escala pelas empresas fornecedoras de insumos, com longo prazo de recebimento tanto para as revendas, quanto para os produtores rurais e agropecuários.

Quanto aos insumos agropecuários com redução de 60% nas alíquotas de CBS e IBS, o texto do PLP nº 68/24 aprovado na Câmara restringe-se a produtos com a classificação NCM 3808, excluindo as matérias-primas utilizadas em sua produção.

Um levantamento realizado pela Kynetec para o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) revela que as empresas associadas financiaram, em 2023, aproximadamente R$ 29 bilhões para a compra de defensivos agrícolas. Desse total, 43% das vendas tiveram um prazo superior a 240 dias para recebimento.

Outro fato relevante é que, ao contrário do que se possa pensar, a concessão de redução da alíquota do IVA às

matérias-primas não trará uma renúncia ou redução de arrecadação. Isso porque o IVA é calculado com base no valor agregado por cada etapa da produção e os créditos tributários pagos sobre os insumos adquiridos serão utilizados para fazer frente aos débitos quando da comercialização do produto final, mantendo a arrecadação estável.

Por fim, a questão mais relevante é que, mantida a restrição na lista de insumos, poderá haver um aumento no custo de produção de alimentos, o que, por sua vez, pode afetar o abastecimento do mercado interno e provocar uma perda de competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional.

O trabalho do Sindiveg e dos demais parceiros da Coalizão de Insumos Agropecuários é pautar os senadores demonstrando tais impactos ao agronegócio e à população brasileira.

1Bioquímica e diretora-executiva do Sindiveg

2Gerente contábil da Sipcam Nichino Brasil S/A e coordenador do Grupo de Trabalho Tributário do Sindiveg

ENCONTRO COM JORNALISTAS DESMISTIFICA SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Para combater a desinformação sobre a produção e o uso de tecnologias para proteção de cultivos, o Sindiveg realizou uma press trip *na associada IHARA, em Sorocaba-SP.*

Fundamental para garantir a produtividade agrícola e a produção de alimentos, fibras e energia, o setor de defensivos tem como um dos seus principais desafios o combate à desinformação. Para auxiliar jornalistas que acompanham o agronegócio a entenderem o funcionamento e a importância do setor, o Sindiveg realizou uma *press trip*. A iniciativa ocorreu na sede da associada IHARA, em Sorocaba-SP, em junho último, e contou com a participação de profissionais de diferentes veículos de comunicação do estado de São Paulo.

"Essa iniciativa faz parte do nosso plano, a longo prazo, de estreitar o relacionamento com os profissionais da comunicação, proporcionando conhecimentos e experiências com embasamento sobre o tema. Para isso, preparamos a programação levando em consideração as questões que mais causam dúvidas ou ruídos entre o setor e a imprensa", explica o vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg, João Lammel.

A agenda do evento, iniciada pelas boas-vindas do presidente do Sindiveg e da IHARA, Julio Borges, foi contemplada com apresentações: do professor titular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Botucatu, Edivaldo Velini; da coordenadora de Tecnologia e Inovação da IHARA, Thais Cristina Silva de Souza; do conselheiro do Sindiveg e diretor de Regulação, Formulação, IP e Stewardship da Sumitomo Chemical América Latina, Luís Henrique Rahmeier; da coordenadora do Comitê de Uso Correto e Seguro do Sindiveg e gerente de Stewardship da UPL no Brasil, Cláudia Tanabe Barreto; e do vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg, João Lammel.

"Os palestrantes escolhidos apresentaram um panorama completo sobre o desenvolvimento do setor de defensivos agrícolas no País, explicando questões como os desafios da agricultura tropical, o papel da proteção de plantas e seu impacto na economia, o processo de pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas e soluções tecnológicas para lidar com os problemas fitossanitários das lavouras, os processos para registro dos produtos no Brasil, o que muda com a nova Lei dos Defensivos, o panorama de mercado, além de quais as ações realizadas pela indústria com o objetivo de garantir que toda essa tecnologia seja bem utilizada pelos agricultores no campo", detalha Lammel. Os jornalistas participantes da *press trip* receberam, em primeira mão, os resultados consolidados de 2023 da pesquisa de mercado nacional de defensivos do tipo produto por área tratada (PAT) encomendada à Kynetec Brasil pelo Sindiveg.

Ao primar pela experiência, a iniciativa também ofereceu visitas guiadas pela fábrica e pelo Centro de Pesquisa da IHARA ao grupo de jornalistas, composto de representantes dos veículos de comunicação Globo Rural, Valor Econômico, Revista Rural, Programa A Força do Agro (da Revista Oeste), Climatempo, AgFeed, Agro Estadão e Notícias Agrícolas.

"Para auxiliar jornalistas que acompanham o agronegócio a entenderem o funcionamento e a importância do setor, o Sindiveg realizou uma *press trip*. A iniciativa ocorreu na sede da associada IHARA, em Sorocaba-SP, em junho último..."

"Além da parte teórica, é essencial que esses comunicadores tenham acesso à prática, podendo, assim, entender, de fato, como essas tecnologias, tão importantes para a produção de alimentos, são produzidas e o quão seguro é esse processo. Os jornalistas aproveitaram para tirar diversas dúvidas e gravar entrevistas com os porta-vozes", salienta o vice-presidente de Relações Institucionais do Sindiveg.

A entidade pretende realizar outras edições da iniciativa em diversas regiões do Brasil, em parceria com as associadas. "Nessa primeira *press trip*, focamos em São Paulo e nos jornalistas da região, mas o projeto contemplará as demais partes do Brasil, desmistificando o setor da melhor forma: com conhecimento teórico e prático", finaliza. ■

CARBONO NO SOLO ESSENCIAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CAMILA GENARO ESTEVAM[1], EDUARDO DE MORAIS PAVÃO[2]

Recentemente, o tema das mudanças climáticas tem sido muito abordado pela perspectiva das emissões de GEE. Contudo, um exame mais aprofundado do setor agropecuário deve considerar, também, o componente de remoção de carbono. Nesse contexto, o solo emerge como um dos principais reservatórios de carbono, podendo atuar como uma fonte emissora ou um sumidouro de carbono a depender das práticas de manejo aplicadas sobre ele. Este artigo retrata quatro formas que podem ser observadas na interação entre manejo e estoque de carbono. Dada a heterogeneidade ambiental e de métodos de análise do solo, é necessário avançar na harmonização de metodologias que descrevam eficientemente as particularidades regionais e os diferentes sistemas produtivos.

O TEMA das mudanças climáticas, particularmente no que diz respeito ao carbono, tem ganhado uma crescente atenção. Esse interesse reflete-se em diversas áreas, como a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) em operações produtivas, os impactos do setor agropecuário, a pegada de carbono de produtos e serviços, as oportunidades no mercado de carbono e as metas de descarbonização. A abordagem predominante foca na perspectiva das emissões, concentrando-se nos volumes de gases liberados na atmosfera e nas estratégias de redução dessas emissões.

Entretanto, ao examinar o setor agropecuário de maneira mais aprofundada, é crucial considerar, também, o componente de remoção de carbono. Isso envolve práticas e atividades capazes de capturar GEE da atmosfera e armazená-los na forma de carbono orgânico. Nesse contexto, o solo emerge como um dos principais reservatórios de carbono, mais especificamente o carbono orgânico do solo (COS), que desempenha um papel fundamental na resiliência e na produtividade dos ecossistemas.

Globalmente, o solo armazena mais carbono do que a atmosfera e a vegetação combinadas, evidenciando a sua importância como um componente crítico na dinâmica do carbono. Dependendo das práticas de manejo adotadas, o solo pode atuar tanto como uma fonte emissora, quanto como um sumidouro de carbono atmosférico. Logo, a gestão adequada do solo é essencial para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, alterando os níveis de COS.

Armazenando mais carbono do que a atmosfera e a vegetação juntas, o solo destaca-se como um componente crítico na dinâmica do carbono. A depender das práticas de manejo que se aplicam sobre ele, pode atuar como uma fonte emissora ou um sumidouro de carbono.

MATÉRIA ORGÂNICA DO SOLO

A matéria orgânica do solo é um atributo fundamental da qualidade do solo, contribuindo para a retenção de água, a redução do escoamento superficial e a resistência à erosão, colaborando na estruturação do solo e preservando as condições químicas e físicas dos sistemas produtivos e florestais. Quanto à matéria orgânica, esta é composta de aproximadamente 58% de carbono.

Desta forma, os solos constituem o maior reservatório de carbono terrestre. O estoque total de carbono no solo inclui componentes inorgânicos e orgânicos, sendo estes últimos compostos de uma variedade de materiais, como fragmentos finos de resíduos, raízes, fauna do solo, biomassa microbiana, produtos de decomposição microbiana e outros processos bióticos, além de compostos simples, como açúcares e polissacarídeos.

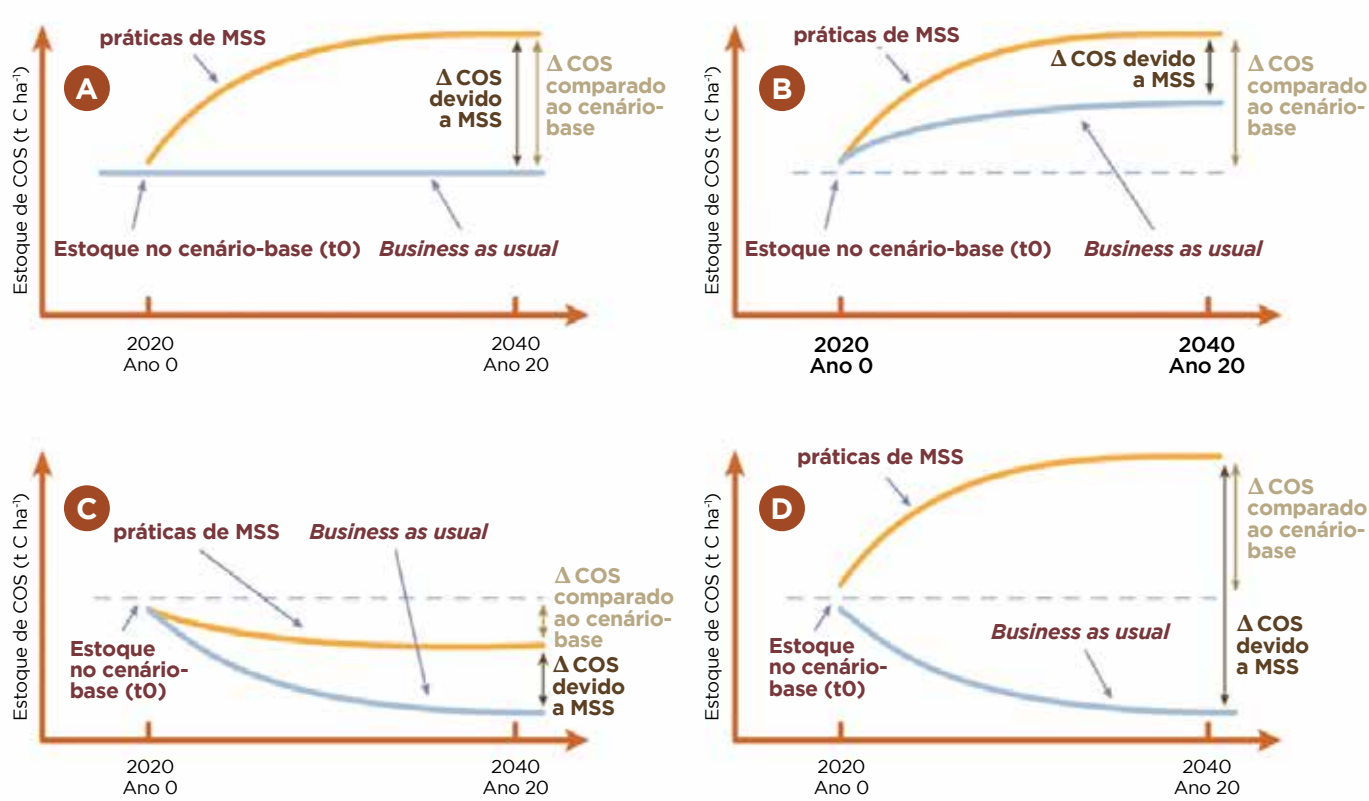
O processo básico de remoção de carbono pelo solo envolve a transferência de CO_2 atmosférico para a biomassa vegetal, que é convertida em carbono estável por meio da formação de complexos organominerais. Esse ciclo depende, inicialmente, da fotossíntese das plantas, que remove o carbono da atmosfera. No entanto, o aumento dos teores de carbono no solo depende de práticas de manejo que incrementam o armazenamento de matéria orgânica, especialmente em áreas de cultivo e pastagens.

POTENCIAL DE INCREMENTO DO CARBONO NO SOLO VIA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A adoção de práticas de manejo sustentável é fundamental para aumentar o potencial de remoção de carbono, contudo sua dinâmica pode ser complexa e influenciada por diversas práticas de manejo, que, quando bem

CENÁRIOS DE DINÂMICA DE ESTOQUE DE COS SOB DIFERENTES PRÁTICAS DE MSS

O MSS pode interferir na situação do COS: ampliando um estoque que estava em equilíbrio; otimizando um estoque que já vinha aumentando; mitigando uma situação de declínio de um estoque; ou revertendo perdas de um estoque já em declínio acentuado.



Fonte: FAO (2020); elaboração pelos autores

implementadas, podem tanto mitigar as emissões, quanto aumentar a capacidade de remoção de carbono.

Ao tratar da dinâmica de carbono no solo, quatro situações distintas podem ser observadas, cada uma exemplificando como o manejo pode interferir no estoque de carbono: estabilizando, ampliando, otimizando ou revertendo as perdas. Compreender essas dinâmicas é essencial para desenvolver estratégias eficazes de manejo que promovam a remoção de carbono e contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Os gráficos ilustram os quatro diferentes cenários de estoque de COS. Em cada gráfico, a linha azul representa o estoque de carbono no cenário-base, enquanto a linha laranja mostra o potencial de alteração do estoque a partir da adoção de práticas de manejo sustentável do solo (MSS). A diferença entre o cenário-base e o cenário com práticas sustentáveis representa o incremento alcançado em termos de estoque de COS.

Os cenários dos gráficos representam a dinâmica do estoque de carbono no solo diante de diferentes contextos e práticas de manejo, descritos a seguir:

- **Cenário A** – representa uma situação em que os estoques de carbono atingiram um equilíbrio, mas podem ser ampliados por meio de práticas de MSS. Exemplo prático – em uma área de pastagem em que o cenário-base é neutro em termos de emissões e remoções de carbono, a intensificação do MSS, como a introdução de pastagens melhoradas e o manejo rotacional, pode incrementar o COS. Segundo o GHG Protocol Agricultura, a conversão de áreas de pastagem estabilizadas em bem manejadas possui um incremento de 4,63 toneladas de dióxido de carbono por hectare ao ano (t CO_2/ha/ano).

- **Cenário B** – demonstra um estoque de carbono que está aumentando e pode ser otimizado a partir da adoção de práticas de MSS. Exemplo prático – em uma área de soja em sistema de plantio direto, a prática sustentável é responsável pelo aumento significativo da remoção de carbono pelo solo. Contudo, a adoção de um sistema integrado como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), que combina culturas agrícolas, pecuária e florestas, promove o aumento contínuo do carbono no solo. De acordo com o GHG Protocol Agricultura, a conversão de áreas de soja em plantio direto para iLPF promove um incremento de 1,03 t CO_2/ha/ano.

- **Cenário C** – exibe uma situação em que o carbono no solo está em declínio. O cenário-base indica uma queda contínua no estoque de carbono, enquanto a adoção de práticas de MSS mitiga essa perda. Exemplo prático – no caso do arroz irrigado, o manejo adequado da água e a rotação de culturas podem interromper ou mitigar a perda de carbono no solo. A implementação de técnicas como a alternância de períodos de inundação e secagem (AWD, na sigla em inglês) melhora a fixação de carbono e pode reduzir as emissões de metano.

- **Cenário D** – apresenta uma situação de declínio de carbono que pode ser revertida. O cenário-base mostra um declínio acentuado no estoque, mas, com a adoção de práticas de MSS, há uma reversão significativa, aumentando o COS em comparação ao cenário-base. Exemplo prático – em áreas degradadas em que a perda de carbono pode ser revertida, práticas como a adição de matéria orgânica e a redução do revolvimento do solo são essenciais. A implementação dessas técnicas pode reverter a perda de carbono, passando de remoção para um sumidouro de carbono. Segundo o GHG Protocol Agricultura, a conversão de áreas degradadas em iLP/iLPF promove um incremento de 6,23 t CO_2/ha/ano.

DESAFIOS DA MENSURAÇÃO DE CARBONO NO SOLO EM CAMPO

Para compreender a dinâmica do carbono orgânico do solo na prática, é essencial realizar mensurações em campo. No entanto, medir o carbono no solo em áreas agrícolas apresenta desafios significativos, devido à complexidade e à heterogeneidade desses ambientes. A variabilidade espacial e temporal, assim como a variabilidade de propriedades físicas e químicas do solo, pode ser consideravelmente grande dentro de uma mesma área agrícola, dificultando a representação precisa do estoque de carbono.

Estabelecer diretrizes para uma amostragem estratégica que considere essa variabilidade é fundamental. Isso envolve a coleta de amostras em locais representativos e diferentes profundidades do solo. A mensuração direta em campo, embora confiável, é trabalhosa e custosa. As diretrizes para medir o estoque de carbono no solo, seguindo metodologias aceitas internacionalmente, geralmente começam com a definição do número de amostras a serem coletadas na área, buscando compreender a maior representatividade dos sistemas produtivos.

A variabilidade intrínseca dos solos, aliada à complexidade das práticas agrícolas e às influências climáticas, exige um rigoroso controle de qualidade nas etapas de amostragem e análise. Para mitigar os desafios associados, é essencial implementar protocolos claros e formar profissionais capacitados. Além disso, o uso de tecnologias emergentes, como a espectroscopia de infravermelho próximo (NIRS, na sigla em inglês) aliada ao sensoriamento remoto, pode complementar as técnicas tradicionais de amostragem, oferecendo mais precisão e eficiência na estimativa do estoque de carbono no solo.

Além dos desafios técnicos, diferentes metodologias e diretrizes voltadas à coleta de carbono no solo frequentemente não são equivalentes entre si, dificultando a comparação direta dos dados entre diferentes estudos e regiões. Essa falta de padronização sublinha a necessidade de harmonização das práticas de mensuração para garantir a consistência e a comparabilidade dos resultados.

"Estabelecer diretrizes para uma amostragem estratégica que considere essa variabilidade [espaço-temporal e físico-química do solo] é fundamental. Isso envolve a coleta de amostras em locais representativos e diferentes profundidades do solo."



SHUTTERSTOCK

Portanto, é essencial que avancemos na definição e na harmonização de metodologias cientificamente robustas, que capturem as particularidades regionais e de diferentes contextos e sistemas produtivos. Isso garantirá melhores compreensão e gestão do carbono no solo, contribuindo significativamente para os esforços globais de mitigação das mudanças climáticas. ■

1 Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – camila.estevam@fgv.br

2 Pesquisador do OCBio/FGV – eduardo.pavao@fgv.br


SHUTTERSTOCK

DESAFIOS E RECORDES

APRESENTAMOS A 18ª edição do Caderno Especial do Café, desenvolvido pela ***Agroanalysis*** em coordenação com o gerente de Comunicação do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), Paulo André Kawasaki. O material apresenta os recordes alcançados pelo País em exportação e consumo interno, mostrando a resiliência do setor diante de gargalos como os elevados custos de produção e a logística. Além disso, discutem-se os preparativos do Brasil para seguir abastecendo a União Europeia em meio ao enrijecimento do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês).

CAFÉS DO BRASIL: EXPORTAÇÃO RECORDE, APESAR DA LOGÍSTICA

MARCOS MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) – marcos.matos@cecafe.com.br

EDUARDO HERON
Diretor técnico do CECAFÉ – eduardo@cecafe.com.br

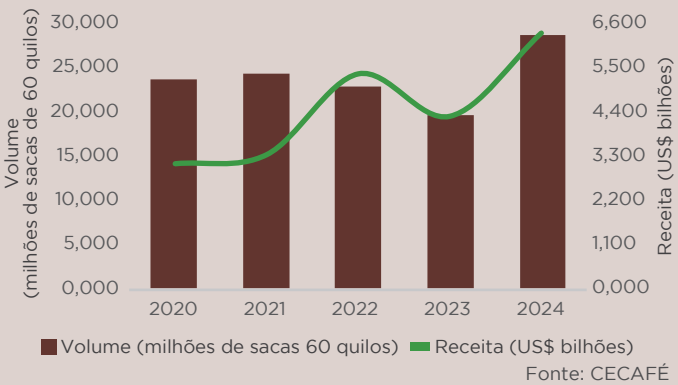
De acordo com dados do CECAFÉ, a exportação nacional de café totalizou 3,774 milhões de sacas de 60 quilos em julho deste ano – o primeiro mês da safra 2024/25 –, volume que implica uma evolução de 25,7% sobre os 3,002 milhões de sacas embarcados no mesmo período de 2023. A receita cambial foi de US$ 932,5 milhões, apresentando um crescimento de 47,9% em idêntico intervalo comparativo.

Com os números de julho, os embarques brasileiros de café totalizaram 28,146 milhões de sacas no acumulado de janeiro ao final de julho deste ano. Esse é o maior volume exportado pelo País nos primeiros sete meses de cada ano e implica um crescimento de 18,0% sobre os 23,852 milhões de sacas do recorde anterior, registrado no primeiro septimestre de 2021.

O desempenho também é o maior da história em receita cambial. O ingresso de divisas alcançou US$ 6,277 bilhões

GRÁFICO 1 – BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ DE JANEIRO A JULHO

No acumulado de janeiro a julho de 2024, os embarques de café brasileiro tiveram o maior volume exportado pelo País (28,146 milhões de sacas). No mesmo período, houve o maior desempenho da história na receita cambial (US$ 6,277 bilhões).



Fonte: CECAFÉ

entre janeiro e julho deste ano, apresentando um incremento de 19,5% em comparação ao recorde anterior, de US$ 5,252 bilhões, aferido no mesmo intervalo de 2022.

É importante salientar que os exportadores brasileiros de café seguem exemplares no atendimento da crescente demanda mundial pelo produto, mesmo enfrentando desafios logísticos imensos, com atrasos de navios e falta de infraestrutura portuária.

"...os exportadores brasileiros de café seguem exemplares no atendimento da crescente demanda mundial pelo produto, mesmo enfrentando desafios logísticos imensos, com atrasos de navios e falta de infraestrutura portuária."

PORTOS ABARROTADOS

O CECAFÉ vem acompanhando esses gargalos logísticos na infraestrutura dos portos responsáveis pelo escoamento do café brasileiro, e é notório que a falta de capacidade física, em meio ao crescente número de cargas para embarques, gera custos adicionais elevadíssimos aos exportadores, com armazenagens extras, *detentions*, rolagens de carga e falta de aberturas de *gates*.

Como consequência, vêm sendo registrados constantes e crescentes atrasos e alterações nas escalas de navios para exportação. Somente em julho, de acordo com o Boletim Detention Zero (DTZ), elaborado pela *start-up* ElloX Digital em parceria com o CECAFÉ, 167 navios destinados à exportação de café tiveram atrasos ou alterações de escala. Esse número representa 60% dos 277 porta-contêineres movimentados com o produto no sétimo mês deste ano.

No Porto de Santos (no estado de São Paulo), principal exportador de café do Brasil, com representatividade de 68,7% no acumulado deste ano, foi registrado o maior índice de atrasos, de 77%, envolvendo 105 do total de 136 embarcações. Além disso, onze navios sequer tiveram uma abertura de *gate* em julho último.

Já no complexo portuário do Rio de Janeiro, o segundo maior escoador de cafés brasileiros, com representatividade de 28,2% neste ano, o índice de alterações de escala foi de 60% no acumulado entre janeiro e julho, o que envolveu 43 dos 72 navios destinados às remessas do produto.

Com esses atrasos, exportadores associados ao CECAFÉ, que respondem por 77% dos embarques totais de café, reportaram que não conseguiram exportar 1,262 milhão de sacas (3.823 contêineres) devido a atrasos de navios, alterações de *deadline*, rolagens de carga, menor disponibilidade de contêineres e falta de espaços nos terminais portuários.

Esses não embarques de café impossibilitaram a entrada de US$ 313 milhões, ou R$ 1,735 bilhão (dólar médio a R$ 5,5414 no mês), nas divisas do País e causaram prejuízos de R$ 7,456 milhões a esses associados, com custos extras e imprevistos de pré-*stackings*, armazenagens adicionais, *detentions* e *gates* antecipados.

Tais resultados evidenciam que o cenário é crítico e tende a piorar neste segundo semestre, quando aumenta o volume de cargas conteinerizadas para exportação, como nos casos de café, algodão e açúcar.

Diante dos gargalos logísticos, o CECAFÉ vem efetuando gestões junto às autoridades público-privadas, alertando sobre os desafios e solicitando uma maior sensibilidade quanto aos prejuízos causados ao comércio exterior brasileiro.

Temos ressaltado a importância de ampliar investimentos para elevar a oferta de capacidade nos portos e melhorar a infraestrutura portuária, com urgência, principalmente na solução do empasse do STS-10, em Santos, pois, sem esses esforços, todo o potencial exportador do Brasil, em especial do agro, ficará limitado.

Se nada for feito, esse panorama só piorará, e não haverá eficiência de produtor e exportador que garanta que o Brasil continue alcançando níveis significativos em exportação e receita cambial, como os recordes em volume, de 28,1 milhões de sacas, e valor, de US$ 6,3 bilhões, obtidos com os embarques de café no acumulado de janeiro a julho deste ano.

PREJUÍZOS POR NÃO EMBARQUES DE CAFÉ EM JULHO DE 2024

Com os constantes atrasos e alterações de escala dos navios, têm sido registrados: volumes de café sem sair dos portos brasileiros; bilhões de dólares que não entram nas divisas do País; e milhões de reais gastos com custos extras e imprevistos.

Volume	3.823 contêineres ou 1,262 milhão de sacas de café não conseguiram deixar os portos do Brasil.
Não ingresso de receita	US$ 313 milhões ou R$ 1,735 bilhão deixaram de entrar como divisas no País.
Custos extras a exportadores	R$ 7,456 milhões constituem o prejuízo dos associados do CECAFÉ com custos extras e imprevistos.

Fonte: CECAFÉ

NOVAS REGRAS DO COMÉRCIO MUNDIAL

Com o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês) se tornando mais rígido a partir de 31 de dezembro próximo, promovendo a importação e a comercialização de produtos livres de desmatamento, como parte do Pacto Verde europeu (European Green

Deal) para combater as mudanças climáticas, o CECAFÉ lançou a página https://www.cecafe.com.br/eudr sobre essa nova legislação, com o objetivo de facilitar o seu entendimento e as suas implicações no comércio de café do Brasil.

O EUDR impõe, por exemplo, a obrigatoriedade da informação das geolocalizações das propriedades em que se originou o café e que as empresas europeias realizem a devida diligência ao longo de suas cadeias de abastecimento para garantir que produtos originados de área desmatada a partir de 31 de dezembro de 2020 não sejam internalizados e comercializados em território europeu.

Embora existam muitos desafios com o novo regulamento europeu, o Brasil vem empenhando esforços, por meio do comércio exportador, para atendê-lo e atender a demanda da União Europeia (UE), garantindo o abastecimento dos nossos importadores nesse importante mercado ao oferecer cafés de diversas qualidades e produzidos de maneira sustentável, com respeito ao meio ambiente e às pessoas.

Assim, trazer mais transparência às boas práticas socioambientais adotadas nas regiões cafeeiras do País é uma oportunidade de demonstrar ao mundo que os cafés do Brasil são e estão na vanguarda da sustentabilidade global, considerando suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

O CECAFÉ lidera o desafio de defender o café brasileiro no exterior e promover a conscientização interna, por meio de campanhas digitais informativas e instrutivas sobre o novo regulamento da UE, levando conhecimento e esclarecimentos aos produtores e aos exportadores brasileiros. Essa iniciativa de comunicação também visa demonstrar aos importadores europeus a plataforma adotada pelo comércio exportador e os procedimentos realizados no Brasil para atender o EUDR.

Para apoiar os processos de devida diligência socioambiental realizados pelas empresas exportadoras, o site traz informações e esclarecimentos sobre a regulação e a forma como o comércio exportador de café vem se preparando para atendê-la, como a parceria que o CECAFÉ possui com a Serasa Experian, responsável por habilitar a Plataforma de Monitoramento Socioambiental Cafés do Brasil, por meio da qual os exportadores brasileiros podem verificar e monitorar informações de propriedades rurais, identificando aquelas que atendem os requisitos do regulamento europeu, além de extrair os dados de geolocalização.

Mesmo que o EUDR se aplique apenas aos operadores econômicos europeus, como importadores e comerciantes, as novas regras de importação da UE trazem exigências que geram efeitos para os demais elos da cadeia, incluindo produtores e exportadores, em razão de o regulamento tornar obrigatória a informação das geolocalizações das propriedades em que se originou o café.

Essa é uma informação que deverá acompanhar o produto ao longo de toda a sua cadeia de comercialização. Por isso, o nosso site apresenta a parceria CECAFÉ-Serasa Experian na Plataforma de Monitoramento Socioambiental Cafés do Brasil, a qual conta, atualmente, com mais de cinquenta empresas e cooperativas exportadoras, responsáveis por quase a totalidade dos embarques de café à UE, que aplicam tecnologia para avaliar e gerar evidências sobre a conformidade dos grãos a serem exportados ao bloco europeu sob as regras do EUDR.

Faz-se válido salientar que a UE é o principal bloco econômico importador dos cafés do Brasil, respondendo por 47,3% de todas as exportações do produto no acumulado deste ano. De janeiro ao fim de julho deste ano, foram exportados 13,305 milhões de sacas à UE, ou 64,9% a mais em comparação a idêntico intervalo de 2023.

A nossa nova página online é mais uma ação proativa e efetiva de fortalecimento da comunicação da sustentabilidade e da qualidade dos cafés brasileiros que o CECAFÉ desenvolve junto ao mercado internacional, aliada a iniciativas que envolvem reuniões técnicas com autoridades e governantes dos principais compradores do produto, como o Parlamento Europeu e as autoridades competentes sobre EUDR de cada país do bloco, além do desenvolvimento da Plataforma junto à Serasa Experian.

Tais ações vêm gerando impactos positivos e abrindo portas, como o convite recebido da Organização Mundial do Comércio (OMC) para sermos os únicos representantes de país produtor de café, ao lado dos parceiros importadores, a integrar os debates sobre o EUDR que ocorrerão em 1º de outubro próximo, na sede desse colegiado global, em Genebra, na Suíça.

O CECAFÉ entende que manter a liderança no desafio de defender o café brasileiro no exterior e promover a conscientização interna junto a todos os elos da cadeia produtiva é uma maneira correta para que o Brasil mantenha o seu lugar de destaque no comércio global, provendo, assim, os principais importadores e sendo uma peça-chave no fornecimento do produto a novos e emergentes mercados.

"...manter a liderança no desafio de defender o café brasileiro no exterior e promover a conscientização interna junto a todos os elos da cadeia produtiva é uma maneira correta para que o Brasil mantenha o seu lugar de destaque no comércio global..."



ACESSE: **https://www.cecafe.com.br/eudr**

CAFÉ SOLÚVEL AVANÇA NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

AGUINALDO LIMA
Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS) – ajlima@abics.com.br

Conforme dados do Power BI da ABICS, as exportações de café solúvel totalizaram o equivalente a 2,290 milhões de sacas de janeiro a julho deste ano, apresentando um crescimento de 5,9% em comparação aos 2,162 milhões aferidos no mesmo intervalo do ano passado.

Em receita cambial, o desempenho é ainda superior, com os envios de café solúvel do País ao exterior tendo rendido US$ 491,3 milhões no primeiro septimestre deste ano, o que representa uma evolução de 18,4% frente aos US$ 414,8 milhões entre janeiro e julho de 2023. Essa *performance* sinaliza a possibilidade de se alcançar um novo recorde em valor obtido com as exportações de cafés solúveis brasileiros neste ano.

Já a evolução em volume reflete os contínuos investimentos em qualidade e inovações tecnológicas por parte das sete indústrias do produto instaladas no País, todas filiadas à ABICS, as quais, juntas, possuem uma capacidade produtiva de 132 mil toneladas e fazem do Brasil o maior parque industrial do mundo.

Essas melhorias realizadas pelas indústrias demonstram uma completa harmonia com os requisitos da governança socioambiental e da sustentabilidade – os chamados critérios ESG –, evidenciando que elas estão preparadas para atender as exigências impostas pelo mercado internacional, como o EUDR.

Considerando a receita das exportações de café solúvel até julho último, é possível que se alcance um valor recorde neste ano. Já a evolução observada no volume exportado deve-se aos investimentos em qualidade e inovações das indústrias nacionais do setor.

TABELA 1 – BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ SOLÚVEL

As exportações de café solúvel totalizaram 2,290 milhões de sacas de janeiro a julho deste ano (+5,9% em relação a 2023). Já a renda das exportações foi de US$ 491,3 milhões (+18,4% em relação a 2023) no mesmo período.

EXPORTAÇÕES	jan-jul/2024	jan-jul/2023	jan-jul/2022	2024 *vs.* 2023	2024 *vs.* 2022
Volume (sacas de 60 quilos)	2.290.198	2.161.627	2.192.010	5,9%	4,5%
Receita cambial (US$)	491.250.239	414.827.415	393.396.218	18,4%	24,9%

Fonte: ABICS

TABELA 2 – PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ SOLÚVEL DO BRASIL (SACAS)

No topo do ranking atual dos principais importadores de café solúvel brasileiro, estão os EUA. Destacam-se, ainda, produtores concorrentes, como Indonésia e México, além de países com notável acréscimo no último septimestre, como Rússia e Vietnã.

PAÍSES	jan-jul/2024	jan-jul/2023	2024 *vs.* 2023
Estados Unidos	394.217	492.263	-19,9%
Indonésia	140.513	106.701	31,7%
Rússia	138.149	40.636	240,0%
Argentina	120.350	216.461	-44,4%
Países Baixos (Holanda)	105.971	56.425	87,8%
Polônia	104.312	101.200	3,1%
México	90.931	24.650	268,9%
Reino Unido	85.389	54.242	57,4%
Japão	84.234	103.740	-18,8%
Canadá	83.662	66.722	25,4%
Peru	81.021	70.360	15,2%
Coreia do Sul	63.566	42.944	48,0%
Emirados Árabes Unidos	61.071	24.943	144,8%
Alemanha	59.037	41.191	43,3%
Vietnã	56.135	18.829	198,1%
Outros	621.640	700.320	-11,2%
TOTAL	2.290.198	2.161.627	5,9%

Fonte: ABICS

PRINCIPAIS DESTINOS DO SOLÚVEL

Os Estados Unidos lideram o *ranking* dos principais importadores do produto no acumulado deste ano, tendo adquirido o equivalente a 394.217 sacas do produto até o fim de julho, o que implica um recuo de 19,9% ante o mesmo período de 2023. Na sequência, vêm a Indonésia, com 140.513 sacas (+31,7%), a Rússia, com 138.149 sacas (+240,0%), a Argentina, com 120.350 sacas (-44,4%), e a Holanda, com 105.971 sacas (+87,8%).

Entre os principais importadores, é válido destacar as nações concorrentes, que produzem café e, também, industrializam o solúvel, como a citada Indonésia e o México, o segundo maior produtor mundial do produto, que ampliou em 268,9% as compras do Brasil, o que lhe conferiu o sétimo lugar no *ranking*.

Além disso, salientam-se o Vietnã, que teve um surpreendente acréscimo de 198,1% nas importações, saltando para a 15ª colocação no *ranking*, e a supracitada Rússia, tradicional

cliente do café solúvel do Brasil há décadas e que voltou ao *top* 3 do *ranking*, após ter caído para o 19º lugar em 2023.

MERCADO INTERNO

Os brasileiros consumiram o equivalente a 636.857 sacas de café solúvel no acumulado entre janeiro e julho deste ano – um montante que implica um crescimento de 4,7% em relação às 608.224 sacas apuradas nos mesmos sete meses do ano antecedente. Se for mantido o desempenho, poderemos voltar a bater o recorde no consumo interno de café solúvel, superando 2023, quando foram absorvidas 1,062 milhão de sacas.

Todas as ações e os investimentos realizados pelas indústrias do País, aliados às iniciativas de promoção nacionais e globais e de desenvolvimento e capacitação de profissionais especificamente para o segmento, evidenciam que, mais do que a nação do café, o Brasil também é "A Nação do Café Solúvel".

TABELA 3 – BRASIL: CONSUMO INTERNO DE CAFÉ SOLÚVEL

O volume de café solúvel consumido pelos brasileiros foi de 636.857 sacas nos primeiros sete meses deste ano. Caso esse desempenho mantenha-se até o fim do ano, é possível que o consumo interno bata o recorde de 2023.

CONSUMO	jan-jul/2024		jan-jul/2023		Variação
Tipo de produto	Quilos	Sacas	Quilos	Sacas	%
Spray dried	13.093.591	567.389	13.256.306	574.440	-1,2
Freeze dried	1.603.108	69.468	779.622	33.784	105,6
TOTAL	**14.696.699**	**636.857**	**14.035.928**	**608.224**	**4,7**

Fonte: ABICS

VOLATILIDADE DE PREÇOS E IMPLICAÇÕES PARA CAFEICULTORES

ATIVOS DO CAMPO/PROJETO CAMPO FUTURO
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

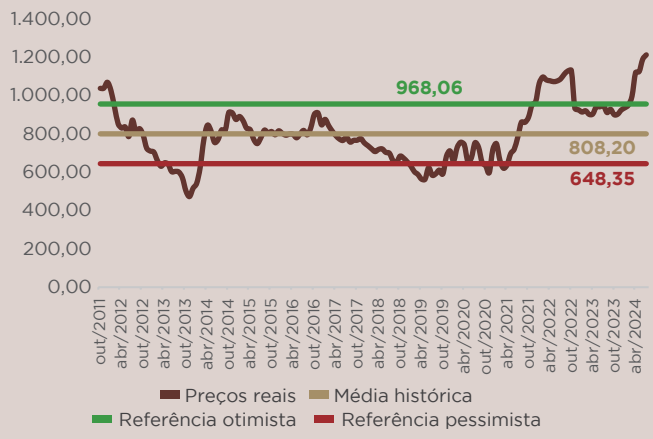
Recentemente, os preços dos cafés Arábica e Canéfora (Robusta e Conilon) atingiram níveis recorde, despertando o interesse de investidores e produtores. Esse cenário reflete uma combinação de fatores, incluindo variações climáticas, demandas globais e oscilações cambiais, que tornaram o mercado de café especialmente dinâmico e promissor. Diante desse contexto, a análise dos preços históricos e das condições econômicas que impactam a produção de café se torna crucial para entender as oportunidades e os desafios que se apresentam para o setor.

Neste artigo, utilizamos os dados da série histórica do projeto Campo Futuro (Sistema CNA/SENAR), analisando os preços médios pagos aos produtores desde outubro de 2011 até julho de 2024. Para garantir uma comparação justa ao longo do tempo, os valores foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) e separados entre as duas principais espécies cultivadas no Brasil: o café Arábica e o Canéfora. Com base na média histórica dos preços, estabelecemos cenários otimistas e pessimistas utilizando um desvio padrão como parâmetro.

O Gráfico 2 ilustra a evolução dos preços reais do café Arábica, evidenciando os períodos em que os valores ultrapassaram a referência otimista. Durante 20 dos 154 períodos analisados, os preços do Arábica superaram essa referência, enquanto, em 83 períodos, ficaram abaixo da média histórica. Esse comportamento ressalta a volatilidade do mercado, embora o café Arábica tenha apresentado, nos últimos cinco períodos, preços consistentemente superiores ao valor de

GRÁFICO 2 – PREÇOS REAIS DO CAFÉ ARÁBICA DE 2011 A 2024 (R$ POR SACA)

Apenas durante 20 dos 154 períodos, os preços do café Arábica superaram a referência otimista, ficando abaixo da média histórica em 83 períodos. Nos últimos cinco períodos analisados, os preços mostram-se consistentemente superiores.



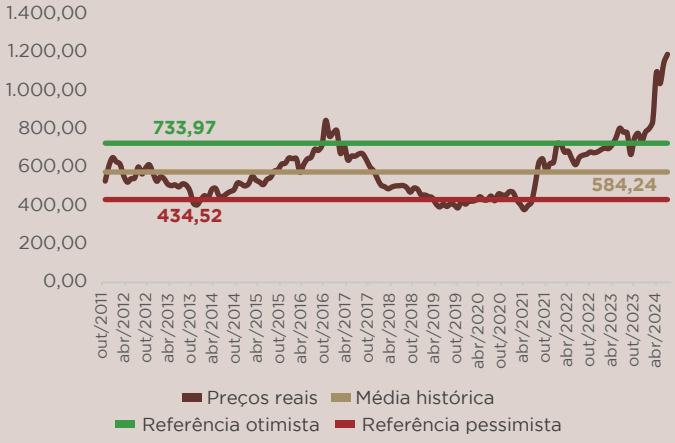
Fonte: Sistema CNA/SENAR; elaboração: CIM/UFLA

referência otimista. Os momentos mais favoráveis para os produtores foram observados no final de 2011, entre dezembro de 2021 e outubro de 2022 e novamente a partir de março de 2024.

Já o Gráfico 3 apresenta a evolução dos preços reais do café Canéfora, que, recentemente, mostraram uma trajetória semelhante à observada para o Arábica. Em apenas 18 períodos, os preços superaram o indicador de referência otimista, enquanto, em 85 períodos, ficaram abaixo da média histórica. Os melhores cenários ocorreram em quatro meses de 2016 e desde maio de 2023 até julho de 2024.

GRÁFICO 3 – PREÇOS REAIS DO CAFÉ CANÉFORA (ROBUSTA E CONILON) DE 2011 A 2024 (R$ POR SACA)

De forma semelhante, os preços reais do café Canéfora ficaram abaixo da média histórica na maioria dos períodos. Entre os melhores cenários para os produtores, estão os quatro meses de 2016 e o período começado em maio de 2023.



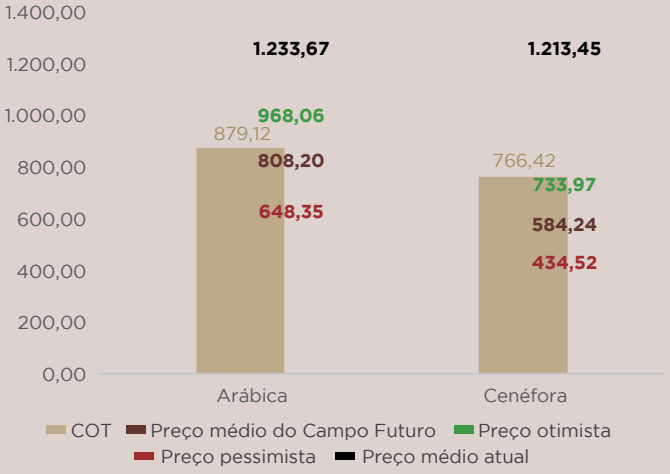
Fonte: Sistema CNA/SENAR; elaboração: CIM/UFLA

Para entender os desafios enfrentados pelo produtor, comparamos os custos operacionais totais (COT) – que englobam os desembolsos com insumos e mão de obra para produção, as depreciações da lavoura, das máquinas e benfeitorias e o pró-labore – aos preços médios atuais, aos valores de referência otimista e pessimista e à média histórica de cada espécie.

No Gráfico 4, é possível observar que, atualmente, os preços superam o COT médio tanto para o Arábica, quanto para o Canéfora, permitindo uma margem líquida (ML) positiva. Contudo, é essencial observar que essa ML positiva é mais uma exceção do que uma regra, especialmente para o café Canéfora, em que, em apenas 9,7% dos meses avaliados, os preços foram suficientes para superar o COT médio. No caso do Arábica, esse índice foi um pouco melhor, com 30,5% dos meses superando o COT de R$ 879,12 por saca.

GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO DO COT ATUAL AOS CENÁRIOS DE PREÇOS (R$ POR SACA)

Os preços médios atuais superam o COT médio tanto para o café Arábica, quanto para o Canéfora, permitindo uma ML positiva. Contudo, é essencial observar que essa ML positiva é mais uma exceção do que uma regra.



Fonte: Sistema CNA/SENAR; elaboração: CIM/UFLA

Apesar dos atuais resultados de ML positiva na atividade, a realidade do cafeicultor é marcada por desafios constantes. O elevado custo de produção, impactado especialmente pelo dispêndio com insumos e mão de obra para condução da lavoura e da colheita – que representam, respectivamente, cerca de 18% e 20% do COT –, coloca os produtores em uma situação de risco contínuo. Esse contexto evidencia a dificuldade dos produtores de se manterem na atividade, uma vez que a receita nem sempre cobre os custos inerentes à produção e/ou permite os investimentos necessários para a sustentabilidade a longo prazo.

Diante da análise apresentada, é fundamental que os produtores de café estejam cientes da natureza cíclica dos preços e dos desafios relacionados aos elevados custos de produção. O cenário atual de altos preços, como evidenciado, não é permanente, e, conforme os modelos do projeto Campo Futuro, os preços médios históricos não são suficientes para cobrir o COT. Por isso, é crucial adotar estratégias que assegurem a sustentabilidade da produção, mesmo em períodos de baixa.

"...conforme os modelos do projeto Campo Futuro, os preços médios históricos não são suficientes para cobrir o COT. Por isso, é crucial adotar estratégias que assegurem a sustentabilidade da produção, mesmo em períodos de baixa."

O PAPEL DA ABIC NA PROMOÇÃO DE CAFÉS DE QUALIDADE

CELÍRIO INÁCIO DA SILVA
Diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) – inacio@abic.com.br

Fundada em 1973, a história da ABIC está intimamente conectada com a evolução do consumo de café no País, presente em 98% dos lares do Brasil. E é nesse contexto que a atuação de uma entidade séria, responsável e preocupada com a pureza e a qualidade da bebida se faz necessária.

NOVO PADRÃO DE CLASSIFICAÇÃO PARA O CAFÉ TORRADO

Dada a sua trajetória e a experiência como órgão autorregulador, a ABIC participou ativamente da formulação da Portaria nº 570/22 do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2023. O ato normativo estabelece o novo padrão de classificação para o café torrado comercializado no País e dá espaço para a atuação de órgãos de defesa do consumidor junto aos estabelecimentos comerciais.

CORRESPONSABILIDADE DO VAREJO EM OFERECER CAFÉS DE QUALIDADE

De acordo com a Lei Federal nº 9.972/00, a responsabilidade pela venda de produtos fora dos padrões é compartilhada entre os industrializadores de café e o varejo. A fiscalização federal agropecuária está orientada a realizar autuação de forma solidária junto aos estabelecimentos comerciais, inclusive hipermercados e supermercados, que são corresponsáveis nos casos em que o produto não atende os padrões estabelecidos na legislação vigente.

Obedecendo uma exigência da Portaria nº 570, as torrefadoras precisam estar credenciadas. Esse credenciamento gera um número, o Cadastro Geral de Classificação (CGC), uma garantia de que aquela organização está regularizada. Caso a empresa apresente o CGC, que pode ser identificado na Nota Fiscal, ela está apta a comercializar os seus cafés.

OS SELOS DE CERTIFICAÇÃO

Recentemente, a ABIC unificou os seus Selos de Pureza e de Qualidade, duas certificações distintas que passam, então, a ter o mesmo regulamento e uma única identidade visual. É uma forma de garantir que há conformidade com as boas práticas tanto do MAPA, como da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de atestar que o produto apresenta uma qualidade sensorial acima do limite mínimo.

A ABIC não certifica cafés abaixo de 4,5 pontos na escala de qualidade (0 a 10), considerados "fora do tipo" pela Portaria nº 570. Além disso, realiza mais de 5.000 análises laboratoriais e certifica mais de 1.700 produtos quanto a pureza, qualidade e sustentabilidade, garantindo a consistência de aroma e sabor ao consumidor.

OS ESTILOS DE CAFÉ CERTIFICADOS PELA ABIC

A Associação certifica cinco estilos de café: extraforte, tradicional, superior, *gourmet* e especial. Qualidade e pureza do produto, segurança do alimento, certeza de um café livre de impurezas (cascas e paus), garantia de sustentabilidade e rastreabilidade são alguns dos benefícios de consumir uma bebida com a certificação.

É importante ressaltar que não existe estilo melhor ou pior, certo ou errado, mas sim aquele que vai se adaptar ao perfil do consumidor. Afinal, todos os cafés certificados com o Selo ABIC passam pelas mesmas avaliações rigorosas da Associação (microscópica e sensorial), as quais garantem qualidade, pureza e segurança do produto.

DADOS DE CONSUMO

Segundo dados levantados pela ABIC a partir do sistema da empresa Horus, o consumo da bebida no Brasil entre novembro de 2022 e outubro de 2023 registrou um aumento de 1,64% em relação ao período anterior, considerando dados de novembro de 2021 a outubro de 2022. Trata-se de um crescimento expressivo de 7,47% no consumo *per capita* em 2023. ■

Vale lembrar que não existe estilo de café melhor ou pior, certo ou errado, e sim o que se adapta melhor ao perfil do consumidor. Afinal, todos os cafés com Selo ABIC passam pelas mesmas avaliações rigorosas que lhes garantem qualidade, pureza e segurança.

REGENERAR OS SOLOS DOS CAFEZAIS



SHUTTERSTOCK

ALTAMIRO ALVERNAZ

Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

COM BASE em estudos aprofundados, a TCP toma como base as pesquisas científicas. A lição dos trabalhos desenvolvidos gera aprendizagens e aplicações das plataformas criadas a partir de microbiomas. Os processos buscam soluções há quinze anos. A literatura acumula informações e análises fartas das descobertas mais recentes sobre esse assunto precioso.

Os testes práticos mostram o grau de abrangência das funções dos microrganismos. Assim, a TCP foi batizada em 2014. E os avanços inovadores nas metodologias para produzir com escala crescente de dimensão ocorreram em consequência do padrão de estabilidade alcançado pela tecnologia.

O *know-how* desenvolvido possibilita dilatar soluções para resolver problemas demandados pelo mercado. Alinhada ao conceito de agricultura regenerativa, a TCP junta os conhecimentos modernos da ciência e da tecnologia para aplicação nas culturas e nas criações. O princípio básico busca proporcionar recursos naturais como solo e água. Desta maneira, o ambiente sustentável multiplica a produção de alimentos.

Com disponibilidade de boas práticas, a cafeicultura nacional lidera essa nova era da agricultura regenerativa. O Brasil goza da posição tradicional de ser o maior produtor e exportador global do produto. A TCP está pronta para levar impactos positivos para o campo. A promoção do equilíbrio do ambiente produtivo por meio da diversidade microbiológica no solo proporcionará uma melhor qualidade ao solo e ao ar, com a possibilidade de sequestro de carbono.

RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA TCP

Uma parceria com a Fundação Procafé segue em andamento para pesquisar os resultados da aplicação de TCP nas áreas de cafezais. De longa tradição, a cultura possui uma posição de liderança seja na produção, seja na exportação global. O balanço dos testes servirá de referência, tendo em vista o fato de a Fundação congregar cooperativa, sindicatos e associações. As suas instalações compreendem bancos genéticos, laboratórios de análises, fazendas experimentais e atividades de difusão de tecnologia.

A TCP estende os resultados apurados nas lavouras de soja, milho, algodão e feijão. Os benefícios da integração entre os metabólitos dos microrganismos no solo mudam a matriz de valores para a cultura. Pronta para adequar a fórmula, a TCP promove disponibilidade de nutrientes e proteção contra patógenos. No conjunto, melhora a sustentabilidade do ecossistema.

Ao equilibrar o ambiente produtivo na cultura de café utilizando uma solução a partir de microrganismos benéficos e seus metabólitos, a TCP aumenta a produtividade, melhora

a qualidade e promove a regeneração do solo para uma sustentabilidade agrícola.

Em suma, o sistema produtivo equilibrado capacita a enfrentar os desafios modernos da agricultura. Primeiro, ao racionalizar a dependência dos fertilizantes e dos pesticidas químicos. Segundo, ao promover a saúde do solo e das plantas por meio de microrganismos benéficos. Terceiro, ao contribuir para uma agricultura mais sustentável e ambientalmente amigável, com geração de créditos de carbono. ■

Equilibrando o ambiente produtivo na cultura de café com uma solução à base de microrganismos benéficos e seus metabólitos, a TCP aumenta a produtividade, melhora a qualidade do solo e promove a sua regeneração de forma sustentável.

AMBIENTE PRODUTIVO DE CAFÉ

Melhora da saúde do solo

O equilíbrio do ambiente ajuda microrganismos benéficos a manterem a saúde do solo ao decompor a matéria orgânica, reciclar nutrientes e formar agregados no solo. Isso melhora a estrutura do solo e aumenta a aeração e a retenção de água. O desenvolvimento das raízes de café fica saudável.

Aumento na disponibilidade de nutrientes

O equilíbrio do ambiente produtivo torna os nutrientes mais disponíveis para as plantas. Há uma redução da necessidade de fertilizantes químicos. A ciclagem eficiente garante que as plantas tenham acesso contínuo aos elementos essenciais durante todo o ciclo de crescimento.

Controle biológico de pragas e doenças

O equilíbrio biológico do solo faz microrganismos atuarem como agentes de biocontrole, competindo com patógenos do solo e reduzindo a incidência de doenças nas plantas de café.

Produtos metabólitos das espécies de *Trichoderma* inibem o crescimento de fungos como *Fusarium* e *Rhizoctonia*, causadores de doenças nas raízes de café.

Produção de metabólitos benéficos

Metabólitos de microrganismos benéficos produzem hormônios vegetais (auxinas e giberelinas) promotores de crescimento das plantas e compostos voláteis estimuladores de crescimento radicular e de resistência a estresses abióticos. Alguns microrganismos produzem compostos resistentes a condições de estresse, como seca ou salinidade, contribuindo para a resiliência da cultura de café.

Equilíbrio microbiano e resiliência

A diversidade microbiana dá resiliência ao ambiente. Microrganismos benéficos resistem às infestações de pragas e às mudanças climáticas. Redundância funcional de diferentes espécies microbianas é a essência do equilíbrio do ambiente produtivo.

Microrganismos benéficos mantêm um ambiente equilibrado. A presença de patógenos é minimizada, e as plantas possuem suporte para crescer com vigor.

Melhoria da qualidade dos grãos

Microrganismos influenciam a biossíntese de compostos aromáticos nas plantas. Os grãos de café ganham sabor, característica importante para exportação. Um ambiente produtivo equilibrado promove a maturação uniforme dos frutos, fundamental para a colheita e o processamento de grãos de alta qualidade.

Maturidade e uniformidade garantem grãos de qualidade para exportação.

Sustentabilidade e diferenciação de mercado

Microrganismos benéficos reduzem a dependência de fertilizantes e pesticidas. Há uma agregação de valor na produção sustentável, com café natural e de alta qualidade. Práticas sustentáveis e microrganismos benéficos equilibram o ambiente produtivo.

Aumenta-se a chance de obter certificações ecológicas e de comércio justo. Trata-se da abertura de portas para mercados *premium*, com aumento no valor do produto.

Para mais informações, basta entrar em contato pelo e-mail contato@globalbio.com.br.

DIVULGAÇÃO AGROCERES



EFEITOS DE GRÃOS DESTILADOS E GORDURA NO DESEMPENHO DE NOVILHAS

JULIO CESAR BORGES DA SILVA[1], GRETA SCHUSTER[2], CHRISTIAN H. PONCE[3], DOUG R. SMITH[3], L. WAYNE GREENE[3], N. ANDY COLE[3], MIKE S. BROWN[3]

O uso de grãos de destilaria em dietas de terminação de gado de corte é comum, mas os efeitos de gordura suplementar nessas dietas ainda são incertos. Em um estudo com 398 novilhas, dietas contendo 15% de grãos de destilaria úmidos à base de sorgo mostraram um aumento de 5% a 6% no consumo de matéria seca e ganho médio diário em comparação a dietas sem esses grãos. Adicionar 1,5% de gordura a dietas com 15% do ingrediente melhorou o desempenho, mas a logística de alimentação deve ser considerada.

GRÃOS ÚMIDOS de destilaria com solúveis (WDGS*) são um dos coprodutos da indústria de etanol que fornece uma fonte de energia e proteína bruta (CP) em dietas de acabamento para gado de corte. Os grãos de destilaria, normalmente, têm um alto valor energético, em parte devido ao seu teor de gordura, que parece ser parcialmente protegido da bio-hidrogenação ruminal.

Um crescente corpo de informações está disponível descrevendo o valor alimentar de WDGS à base de milho, principalmente em dietas baseadas em milho laminado a seco (DRC).

No entanto, poucos estudos avaliaram o valor alimentar de WDGS à base de sorgo (SWDGS) em dietas contendo ingredientes comumente usados na região, como milho floculado (SFC) e gordura suplementar.

Os WDGS à base de sorgo, geralmente, contêm menos gordura e mais fibras do que os WDGS à base de milho e, portanto, podem conter menos energia disponível.

Conduzimos um experimento para determinar o valor alimentar de SWDGS em dietas contendo SFC com gordura amarela adicionada, uma fonte de gordura comum nas planícies do sul dos Estados Unidos.

Os objetivos do estudo foram determinar os efeitos da suplementação de dietas de terminação de gado de corte baseadas em SFC com SWDGS e gordura no desempenho animal, na logística de manejo de ração, na digestibilidade da dieta, na excreção de nutrientes e nas perdas de nitrogênio

volátil de um sistema de alimentação de gado confinado.

O que foi visto é que, em geral, os efeitos da alimentação com gordura suplementar e/ou WDGS sobre as características da carcaça têm sido altamente variáveis.

Conforme observado no desempenho animal, os efeitos variáveis dos WDGS nas características da carcaça verificados em todos os estudos podem dever-se a diferenças na composição de nutrientes dos WDGS, que é afetada pela fonte inicial de grãos usada para fazer os WDGS, bem como pela quantidade de solúveis misturados com os WDGS.

Infelizmente, a composição de nutrientes e as características físicas dos grãos destilados são frequentemente descritas de forma inadequada. Além disso, os diferentes níveis de gordura nas dietas de controle e tratamento de cada estudo também podem ter influenciado os resultados. Finalmente, o manejo da alimentação (ou seja, alimentar um número constante de dias ou alimentar até um ponto final de gordura constante) também pode afetar os resultados dos dados da carcaça.

As características físicas e de manuseio dos ingredientes da dieta podem impactar a mistura e a logística de entrega de ração em confinamentos comerciais, o que pode ter efeitos drásticos nas eficiências operacional e econômica. No entanto, esses desafios raramente são quantificados em experimentos de alimentação ou relatados na literatura. Portanto, esses dados descritivos são fornecidos para oferecer uma visão sobre as implicações logísticas da alimentação com WDGS em confinamentos comerciais.

"As características físicas e de manuseio dos ingredientes da dieta podem impactar a mistura e a logística de entrega de ração em confinamentos comerciais, o que pode ter efeitos drásticos nas eficiências operacional e econômica."

DISCUSSÕES

As dietas experimentais seguiram amplamente as metas formuladas, exceto por uma dieta com menor extrato etéreo do que o previsto. Dietas com 15% de SWDGS tinham mais umidade e eram mais densas. Nos SWDGS, 43,6% da proteína bruta foi

DESEMPENHO DE CRESCIMENTO DE NOVILHAS ALIMENTADAS COM DIETA À BASE DE MILHO FLOCULADO E CONTENDO SWDGS E GORDURA AMARELA

	SWDGS (% de DM)									
	0%	0%	15%	15%	15%					
	Gordura amarela (% de DM)						Contraste**			
ITEM	0,0%	3,0%	0,0%	1,5%	3,0%	SE*	1	2	3	4
Curral	8	8	8	8	8	–	–	–	–	–
Animais	80	79	80	80	79	–	–	–	–	–
Dias no cocho	106	106	106	106	106	–	–	–	–	–
Peso corporal inicial (quilos)	374	373	374	374	373	11,10	0,40	0,58	0,56	0,39
Peso corporal final (quilos)	521	522	525	535	530	20,81	0,64	0,05	0,12	0,09
Peso corporal final ajustado*** (quilos)	521	523	522	536	531	20,81	0,65	0,05	0,13	0,10
DMI (quilos por dia)	8,30	8,33	8,72	9,00	8,74	0,73	0,80	0,001	0,89	0,04
ADG vivo (quilos por dia)	1,40	1,42	1,44	1,53	1,49	0,09	0,72	0,03	0,23	0,12
ADG:DMI	0,168	0,169	0,165	0,170	0,170	0,004	0,660	0,660	0,070	0,360
ADG ajustado**** (quilos por dia)	1,39	1,42	1,41	1,53	1,50	0,09	0,53	0,04	0,10	0,11
ADG ajustado:DMI****	0,167	0,170	0,161	0,169	0,171	0,005	0,430	0,630	0,040	0,480
Ingestão de água (litros por dia)	29,90	31,60	31,10	32,60	29,70	2,10	0,58	0,83	0,65	0,42

DM: matéria seca; SE: erro padrão; DMI: consumo de matéria seca; ADG = ganho médio diário
*Erro padrão da média dos mínimos quadrados (n = 8 por tratamento)
**Nível de significância de cada contraste: contraste 1 = 0% de SWDGS e 0% de gordura amarela *versus* 0% de SWDGS e 3% de gordura amarela; 2 = 0% *versus* 15% de SWDGS; 3 = efeito linear da gordura amarela entre dietas de 15% de SWDGS; 4 = efeito quadrático da gordura amarela entre dietas de 15% de SWDGS
***Calculado como peso da carcaça quente do curral ÷ (porcentagem média geral de rendimento ÷ 100)
****Calculado usando o peso final ajustado da carcaça
Fonte: elaboração pelos autores

distribuída entre frações rapidamente degradável, parcialmente degradável e indegradável. A água potável fornecida ao gado apresentou um baixo teor de nitrato-N, cloreto e sulfato, com pH 9,0 e condutividade elétrica de 425 siemens por centímetro (S/cm).

Novilhas alimentadas com 15% de SWDGS tiveram uma ingestão de matéria seca 6,1% maior e um ganho médio diário 5,0% maior do que aquelas com 0% de SWDGS. O aumento de gordura nas dietas com 15% de SWDGS tendeu a melhorar a eficiência de ganho. Os resultados alinham-se parcialmente com estudos anteriores, embora algumas diferenças sejam observadas, possivelmente devido a variações na composição das dietas e nos níveis de gordura. Diferenças entre estudos podem ser atribuídas à composição dos grãos e à quantidade de solúveis de destilaria nos WDGS.

A alimentação com 15% de SWDGS aumentou o peso da carcaça quente (HCW) em 5,2 quilos, sem impactar a porcentagem de rendimento. A adição de gordura amarela tendeu a aumentar o HCW em dietas com SWDGS, mas não teve efeito em dietas sem SWDGS. Esses resultados contrastam com alguns estudos anteriores, que observaram uma redução no HCW ao alimentar com SWDGS, atribuída a um desempenho animal inferior ou uma diminuição na porcentagem de rendimento.

A inclusão de 15% de SWDGS nas dietas aumentou o tempo médio de preparação da ração de 6 minutos e 37 segundos para 7 minutos e 55 segundos por lote, e as dietas com SWDGS eram mais úmidas e densas, exigindo mais cargas de ração. Com base na densidade e na ingestão de matéria seca, um curral precisaria de, respectivamente, 11% a 23% mais cargas de ração para dietas com 15% de SWDGS do que com 0% de SWDGS. Esses dados sugerem que os custos de mistura e entrega devem ser considerados ao calcular o custo total da ração.

DIVULGAÇÃO AGROCERES



"A alimentação com 15% de SWDGS aumentou o peso da carcaça quente (HCW) em 5,2 quilos, sem impactar a porcentagem de rendimento. A adição de gordura amarela tendeu a aumentar o HCW em dietas com SWDGS, mas não teve efeito em dietas sem SWDGS."

IMPLICAÇÕES

Novilhas que foram alimentadas com SWDGS consumiram 6% mais ração e ganharam peso 5% mais rápido, com eficiência alimentar semelhante à das novilhas alimentadas com 0% de SWDGS. Como os SWDGS tinham uma maior umidade e uma menor energia líquida para ganho do que o milho laminado a seco (91%) ou o milho floculado (84%), quando os SWDGS eram utilizados na alimentação, mais ração tinha de ser misturada e entregue a cada dia. Isso sugere que se deve tomar cuidado ao processar os WDGS para levar em conta a densidade calórica, o encolhimento e os custos adicionais de moagem e entrega de ração. Embora os mecanismos subjacentes aos potenciais efeitos associativos entre ingredientes dietéticos, como gordura, proteína, tipo de grão e método de processamento, não sejam totalmente compreendidos, o trabalho para avaliar e prever melhor esses efeitos associativos parece justificado. ■

*As siglas que constam neste artigo estão todas em inglês

Para ler o artigo completo, acesse o link a seguir: https://academic.oup.com/jas/article/97/6/2583/5457701

1Gerente técnico comercial de bovinos da Agroceres Multimix
2Pesquisadora da Texas A&M University
3Ex-pesquisadores da Texas A&M University

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E DESTAQUE EM PESQUISA

GCP RECONHECE PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DA COOXUPÉ

O Mecanismo de Equivalência da Plataforma Global do Café avalia um conjunto de critérios que garante um sistema confiável e eficaz para a implementação na cafeicultura.

A PLATAFORMA Global do Café (GCP, na sigla em inglês), associação internacional com mais de 140 membros de todos os elos da cadeia produtiva, reconheceu o Protocolo "Gerações", da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), como equivalente ao seu Código de Referência de Sustentabilidade do Café. Esse reconhecimento da GCP é uma garantia de segunda parte. Com mais de 19 mil famílias cooperadas e atuante em mais de 340 municípios do sul de Minas, do Cerrado Mineiro, das Matas de Minas e da Média Mogiana do estado de São Paulo, a Cooxupé é a primeira cooperativa do mundo a ter o seu protocolo de sustentabilidade reconhecido pela GCP.



Protocolo "Gerações" foi desenvolvido por uma equipe técnica de brasileiros voltada para plantações de café em clima tropical

DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

De acordo com a entidade internacional, o seu Código de Referência foi desenvolvido como um parâmetro para que o setor cafeeiro se alinhe às práticas e aos princípios fundamentais de sustentabilidade, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental.

Além disso, para um programa sustentável ter o reconhecimento (garantia de segunda parte) da GCP, há o Mecanismo de Equivalência, que envolve a avaliação de um conjunto de critérios operacionais que garante um sistema confiável e eficaz para a implementação na cafeicultura. Também inclui requisitos de governança, definição de padrões, garantia, dados e reivindicações. Para garantir a integridade do processo, a GCP faz uma parceria com o International Trade Centre (ITC), que avalia rigorosamente os programas.

Abrangendo mais de 19 mil famílias cooperadas e atuando em mais de 340 municípios de Minas Gerais e São Paulo, a Cooxupé foi a primeira cooperativa do mundo a receber o reconhecimento da GCP pelo seu protocolo de sustentabilidade.

CAMINHO SUSTENTÁVEL

De acordo com Natalia Fernandes Carr, gerente ESG da Cooxupé, a GCP é uma das principais plataformas onde a cadeia global do grão pode se reunir para discutir e construir um caminho em direção à sustentabilidade.

"É um lugar onde os produtores têm voz ativa, trazendo seus desafios e contribuindo com suas perspectivas sobre como podemos apoiá-los, garantindo que prosperem na cafeicultura, mantendo-se na atividade. Para a Cooxupé, ter nosso Protocolo 'Gerações' reconhecido pelo Mecanismo de Equivalência da GCP é um momento de alegria e conscientização", afirma Carr.

A gerente explica que o protocolo da Cooxupé foi desenvolvido por uma equipe técnica de brasileiros totalmente voltada para plantações de café em clima tropical, considerando toda a nossa diversidade, preservando a singularidade de cada agricultor em cada bioma e visando à próxima geração.

"Afinal, nossas ações hoje garantem as futuras gerações. Poder apresentar nosso 'Gerações' equivalente ao Código de Referência de Sustentabilidade do Café da GCP traz maior transparência aos nossos procedimentos, tornando possível que todos, dentro e fora da cadeia de valor do café, entendam os valores do nosso Protocolo", acrescenta.

Para Luiz Fernando dos Reis, superintendente comercial da Cooxupé, ser membro da GCP e equivalente ao Código mantém a cooperativa atualizada e alinhada com os esforços globais em direção à verdadeira sustentabilidade desde a produção cafeeira até a bebida.

"É de suma importância avançarmos fundamentados nos três pilares da sustentabilidade. Esse reconhecimento reforça nossa dedicação em colaborarmos com o setor e melhorarmos continuamente nossas práticas para apoiar um futuro mais sustentável na produção de café", ressalta Reis.

POTENCIAL DA CAFEICULTURA NO BALANÇO DE CARBONO

Estudo da Unicamp apoiado pela Cooxupé demonstra que lavouras de café sequestram carbono e o retêm no solo por quinze anos.

Para estimular a sustentabilidade e as boas práticas agrícolas, a Cooxupé apoia uma pesquisa sobre o balanço de carbono nas fazendas de café. O estudo é conduzido por Renata Ribeiro do Valle Gonçalves e João Paulo da Silva, do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Universidade Estadual de Campinas (CEPAGRI/Unicamp). Além disso, está ligado ao projeto Coffee Change, que fomenta avanços sustentáveis na cultura do grão.

Até o momento, a pesquisa detectou que as lavouras cafeeiras sequestram carbono, assim como uma floresta, e o retêm no solo por quinze anos. A pesquisa ajuda, ainda, os produtores de café a identificarem onde emitem mais carbono para fazer essa redução e confirma que a manutenção da matéria orgânica no solo é fundamental para esse equilíbrio.

Responsável por detectar o potencial das lavouras de café no sequestro e na retenção de carbono no solo, um estudo da Unicamp tem ajudado os cafeicultores a encontrarem os locais mais emissores e, assim, poderem fazer a redução adequada.

ESTUDO

De acordo com os estudiosos, o objetivo é identificar práticas eficazes para alcançar a meta de zerar o balanço de carbono na cafeicultura e garantir uma produção ambientalmente responsável. Desta forma, a Cooxupé cedeu, inicialmente, cinco fazendas estruturadas no "Gerações", o seu protocolo próprio de sustentabilidade, para a pesquisa.

Em seguida, os pesquisadores usaram um banco de dados de solos com cerca de 1.800 propriedades do sul mineiro e geraram uma curva para mostrar a relação entre o carbono no solo e a idade do café. Na terceira etapa, a cooperativa selecionou mais onze fazendas de tamanhos variados que também integram o Protocolo "Gerações".

O trabalho dos pesquisadores continua e, após o seu resultado final, deve auxiliar os cafeicultores nas tomadas de decisão no campo.

FERRAMENTA

Para fazer a curva entre o carbono no solo e a idade do café, o estudo usa a ferramenta Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol). É um padrão global para mensurar, gerenciar e reportar emissões de gases do efeito estufa (GEE) de forma eficiente e transparente, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas globais.

Segundo o CEPAGRI, a metodologia foi desenvolvida pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). É amplamente utilizada por empresas, governos e instituições de pesquisa para calcular as emissões de GEE de um local.

Pela vocação agrícola e pela estrutura ambiental complexa e diferente da Europa, havia a necessidade de construir uma ferramenta que considerasse as particularidades do ambiente agrícola tropical brasileiro.

"Com o WRI Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Unicamp firmaram uma parceria para construir uma ferramenta que considerasse, no balanço de emissões em atividades agrícolas dentro da porteira, as variações e as particularidades do ambiente tropical brasileiro. Também surgiu a necessidade de fazer uma adaptação específica para a cafeicultura, considerando processos da lavoura, como o beneficiamento, e as particularidades do crescimento da planta em relação a outras espécies", explicou João Paulo da Silva em uma publicação da Unicamp.

Na cafeicultura, a ferramenta pode ser adaptada para levar em conta as particularidades das atividades agrícolas, como o uso de fertilizantes, as práticas de manejo do solo e as emissões associadas ao cultivo e ao processamento das colheitas.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Para o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, participar da pesquisa é ajudar a encontrar práticas mais eficazes para as lavouras cafeeiras zerarem o balanço de carbono entre seus mais de 19 mil cooperados.

"Nosso papel enquanto cooperativa é estimular a sustentabilidade nas propriedades das nossas famílias cooperadas. Participar de um estudo tão importante quanto esse é demonstrar nosso compromisso em produzir um café de alta qualidade, alinhado com as expectativas do mercado e do consumidor, sempre em busca de técnicas sustentáveis", afirma Melo. ■



FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:

CONVERGINDO FERTILIDADE E SAÚDE DO SOLO



ALTAMIRO ALVERNAZ
Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

ESTA SEÇÃO planeja discorrer sobre as experiências advindas das descobertas desenvolvidas com pesquisa, leitura e prática a partir da TCP. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define probióticos como "micro-organismos vivos que, quando administrados em quantidades adequadas, conferem um benefício à saúde do hospedeiro". Com conteúdo focado nesses ecossistemas, floresce uma nova visão de assuntos que são tratados como "*status quo*", até então intocáveis. Tudo terá acompanhamento de validações e dados científicos.

Diante da expectativa aguardada de ser a fagulha para mudar a forma de enxergar certos temas relevantes, a metodologia de equilíbrio do ambiente produtivo, a partir dos microrganismos, poderá trazer prosperidade para a sociedade e o meio ambiente. Aqui, a história começa em 2009, decorrente de problemas de saúde na família e tentativas para amenizar os danos da doença. Em busca de conhecimentos e atrás de soluções, as prospecções conduziram a descobertas e viagens. Nessa longa cruzada, chegamos à metodologia de equilíbrio do ambiente produtivo e aos ensaios da TCP.

AÇÕES DE PROTEÇÃO

Detalhes importantes foram apurados para serem compartilhados com base em argumentos científicos e tecnológicos. O pilar fundamental leva em conta mobilizar a percepção da sutil diferença existente entre solo fértil e solo saudável. A lógica brota no entendimento dos fatores físicos, químicos e biológicos do ecossistema para preservar os microrganismos do solo. Equilibrar o ambiente produtivo é essencial e fundamental para regenerarmos um ambiente que, apesar de fértil, não é saudável. De maneira rápida, com o manejo correto, as plantas somam imunidade inata, resistência a patógenos e equilíbrio no controle de pragas e doenças.

Vencedor do Prêmio Mundial de Alimentação 2020 e do Nobel da Paz em 2007 e cientista de prestígio mundial nas áreas de Biologia das Plantas e Agronomia, o indiano Rattan Lal mostra os resultados dos seus estudos. É indispensável priorizar e entender a importância do sequestro do carbono para uma agricultura mais sustentável e com maior produtividade, desempenhando um papel estratégico na segurança alimentar global. E digo ao amigo: o Brasil já possui tecnologia para transformar esses passos em realidade.

"A lógica [da TCP] brota no entendimento dos fatores físicos, químicos e biológicos do ecossistema para preservar os microrganismos do solo. Equilibrar o ambiente produtivo é essencial e fundamental para regenerarmos um ambiente que, apesar de fértil, não é saudável."

AGRICULTURA REGENERATIVA NACIONAL

Nos atuais dias, o mercado de carbono representa o modelo para conter o avanço das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Para o Brasil, trata-se de aproveitar essa janela de oportunidade por meio de uma agricultura que sequestre carbono sem perder em produtividade, recuperando milhões de hectares de áreas degradadas e gerando ainda mais riquezas.

A evolução acontece sempre. Não há um ponto em que ela acontece e depois não acontece mais. A evolução global é baseada no conceito de benefício mútuo e na oferta de generosidade. Eles sucedem quando as partes envolvidas convencem-se do ganha-ganha. Na metodologia do equilíbrio do ambiente produtivo, aprende-se com a adição de conhecimentos inovadores sobre a íntima ligação entre nós e os microrganismos do solo. Duradouros, a agricultura regenerativa busca criar sistemas agrícolas resilientes, produtivos e sustentáveis. Essa transição trará benefícios para os seis biomas nacionais. Sejam bem-vindos a um novo mundo de possibilidades. ■

COMEÇA O MAPEAMENTO DO AGRO PAULISTA



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

INÉDITO MAPEAMENTO da produção e força de trabalho no agronegócio paulista, o Projeto Integrar é uma ferramenta vital para o desenvolvimento sustentável e eficiente do setor. Ele proporcionará uma visão clara e detalhada, essencial para a tomada de decisões estratégicas, atração de investimentos e aumento da competitividade. Iniciado em agosto último, deverá, em até dois anos, apresentar uma radiografia do campo paulista, apontando tendências e expectativas para a melhoria da *performance* do setor agropecuário, além da força de trabalho.

Em primeiro lugar, o mapeamento irá proporcionar uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. No Brasil, um país de dimensões continentais, a diversidade de climas e solos exige estratégias de cultivo e manejo diferenciadas. Em São Paulo, um dos estados mais produtivos do País, o mapeamento detalhado permite otimizar o uso da terra, água e insumos, aumentando a produtividade e reduzindo os custos. Com dados precisos, é possível planejar melhor as safras, antecipar necessidades de irrigação e adubação e prevenir perdas por pragas e doenças.

Além disso, essa radiografia poderá ajudar a identificar gargalos na cadeia produtiva. Em São Paulo, que possui uma infraestrutura mais desenvolvida, o mapeamento pode revelar pontos de estrangulamento, como áreas com acesso limitado a estradas pavimentadas ou com armazéns insuficientes. Tendo essas informações, é possível direcionar investimentos e políticas públicas para melhorar a logística e reduzir desperdícios, aumentando a eficiência e a competitividade do setor. Outra possibilidade é apontar áreas em que a conectividade – uma demanda que temos pleiteado junto ao governador Tarcísio de Freitas – pode ajudar a melhorar a *performance* das culturas, com a utilização de ferramentas tecnológicas para o plantio e colheita.

A tomada de decisões informada é outro benefício crucial do mapeamento. No Brasil, onde o agronegócio representa uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB), decisões baseadas em dados são essenciais para a estabilidade econômica. Já em São Paulo, um estado que se destaca pela diversificação de sua produção agropecuária, o mapeamento detalhado permite que produtores e autoridades tomem decisões estratégicas sobre o que plantar, quando plantar e como distribuir os produtos. Isso não só aumenta a lucratividade e garante a permanência do produtor no campo, mas também contribui para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

São Paulo apresenta avanço na pesquisa e desenvolvimento em agronegócio, e o Projeto Integrar permitirá identificar necessidades específicas e direcionar esforços de inovação para áreas com maior potencial de impacto, permitindo a melhora da produtividade e da qualidade dos produtos, para fortalecer a posição do estado nos mercados nacional e internacional.

Vale lembrar que esse é um trabalho que envolve não apenas a FAESP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de São Paulo (SENAR-SP), os sindicatos rurais e produtores, mas age de forma transversal com várias entidades. O Programa Rotas Rurais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que está fazendo o cadastramento rural digital, por exemplo, é uma ferramenta importante nesse projeto, já que agiliza o acesso às propriedades mais afastadas dos centros urbanos, muitas vezes com poucas informações disponíveis.

Outra ferramenta é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a cujo processo os produtores deram início há cerca de uma década, estando, agora, na fase de validação dos dados. As informações preliminares que estão no documento serão um ponto de partida para os pesquisadores que visitarão as cerca de 410 mil propriedades rurais em todo o estado.

Devemos recordar que, no início do século passado, São Paulo cultivava basicamente café e cana-de-açúcar. A imigração teve papel vital na transformação dessa realidade, fazendo do nosso estado uma grande potência agropecuária, adaptando as culturas às regiões mais propícias ao seu melhor desempenho. Em cinquenta anos, demos um passo definitivo para a valorização do homem do campo, colocando o setor como uma das locomotivas do desenvolvimento econômico. E a diversificação de culturas permitiu que nossa balança comercial atendesse mercados em todos os continentes.

Como a expectativa é ampliar ainda mais a participação do setor agropecuário na economia nacional, encaramos o Projeto Integrar como um grande desafio e uma ferramenta de impulsão do agro. Trata-se de uma fotografia que depende de todos os envolvidos e será, certamente, referência para o nosso País. ■

PRODUZIR

GARANTIR O SEGURO RURAL DEVE SER PRIORIDADE

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



SABEMOS QUE a influência do clima é inerente ao setor agropecuário. Desde cedo, o agricultor aprende a olhar para o céu e decidir o momento certo de plantar, de fazer tratos culturais, de colher com melhores condições.

A questão torna-se ainda mais crucial em função das mudanças climáticas, que tornam mais frequente a ocorrência de fenômenos severos como estiagens, enchentes e tempestades.

Nós, produtores rurais, estamos atentos ao tema, buscando valorizar a crescente adoção de práticas de agricultura regenerativa no campo e ressaltar o papel dessa atividade que não apenas ajuda a emitir menos gases do efeito estufa, mas também sequestra carbono.

Em paralelo, entendemos que, mais do que nunca, ferramentas como o seguro rural são essenciais para seguir garantindo a segurança alimentar no mundo. E, no Brasil, não é diferente. Porém, temos visto uma dificuldade por parte do Governo em garantir recursos no orçamento da União para manter a parte que lhe cabe no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que envolve seguradoras privadas, mas que depende de um apoio público na subvenção do prêmio.

Acompanhamos com preocupação as notícias, em agosto último, de que os recentes cortes no orçamento atingiram o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), tendo como um dos alvos parte dos recursos que iriam para o seguro rural.

A incerteza em relação a esse tema está causando apreensão entre os produtores e mobilizando lideranças, que buscam apoio na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A ausência de informações sobre o PSR nos últimos dois anúncios do Plano Safra, por si só, já é um fator que angustia o setor.

Sem informações sobre quanto será destinado ao seu orçamento, agricultores ficam entre a difícil decisão de contratar o seguro e, depois, não ter como arcar sozinhos com o valor do prêmio – afinal, o momento é de margens historicamente baixas – e a decisão de simplesmente não contratar e correr o risco de perder tudo na próxima catástrofe climática, como vimos recentemente no Rio Grande do Sul.

Especialistas da própria Fundação Getulio Vargas (FGV) vêm alertando sobre a necessidade de maior previsibilidade orçamentária no PSR, o que reduz o custo do prêmio que é pago aos produtores rurais e permite às seguradoras fazerem um planejamento adequado. Como está dentro do orçamento do Ministério da Agricultura, o seguro vira alvo, com frequência, dos cortes de gastos que são necessários ao Governo. Os especialistas sugerem que o PSR passe a integrar as Operações Oficiais de Crédito, o que evitaria que seus recursos fossem contingenciados.

Entendemos que o mínimo necessário seja a suplementação do orçamento, ainda neste ano, para que se alcance R$ 3 bilhões para o PSR, além de uma previsão orçamentária para 2025 com ao menos R$ 4 bilhões.

Além disso, nosso apelo é para que haja celeridade por parte do poder público, que pode contar com a parceria do setor privado, para que uma solução definitiva seja encontrada. Fala-se em mudar o modelo, seguir padrões internacionais do seguro rural, algo que podemos, sim, avaliar em detalhes. O que não podemos é chegar ao início do plantio da safra 2024/25 sem uma previsão para produtores e seguradoras. ■

Mais do que nunca, o seguro rural é essencial para garantir a segurança alimentar do mundo. No Brasil, não é diferente. Contudo, observa-se uma dificuldade por parte do Governo em garantir recursos no orçamento da União para cobrir o que lhe cabe no PSR.



OPINIÃO

SÃO PAULO PRODUZ ALIMENTOS QUE CHEGAM À MESA DA POPULAÇÃO

GUILHERME PIAI FILIZZOLA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O AGRONEGÓCIO tem papel fundamental na balança comercial brasileira, já que representa quase metade das exportações totais no País. O estado de São Paulo, um dos maiores exportadores nacionais de produtos agrícolas, responde por 17% das vendas do setor ao exterior. Esse cenário tem sido impulsionado por investimentos como o aporte de R$ 1,4 bilhão anunciado em abril deste ano pelo governador Tarcísio de Freitas na Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), em Ribeirão Preto.

O pacote busca mitigar os principais problemas do setor, destinando recursos para seguro rural (R$ 100 milhões), irrigação e armazenamento (R$ 500 milhões) e crédito a pequenos e médios produtores paulistas (R$ 200 milhões), por exemplo.

A tecnologia, aliada a boas práticas agrícolas, reflete-se em embarques mensais de volumes expressivos de açúcar e etanol, além de carnes, soja, suco de laranja e produtos florestais. Mas o agro não se resume aos excelentes resultados no mercado financeiro. Nossa *expertise* e investimentos aumentam a produtividade e elevam a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores dentro e fora de São Paulo.

São alimentos produzidos por pequenos, médios e grandes produtores rurais, que passam a ter acesso a variedades e técnicas que refletem os investimentos em nossos institutos estaduais de pesquisa.

Portanto, a ideia de que reduzimos a produção de alimentos básicos para privilegiar o mercado internacional é falsa. Segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA), a produção de feijão cresceu 19,6% entre 2021 e 2023, assim como a área plantada (que teve elevação de 12,7%), registrando-se um aumento de 6,2% na produtividade no período.

Os números devem-se a iniciativas como as 58 novas variedades de feijão desenvolvidas nas últimas décadas pelo Instituto Agronômico (IAC), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

O arroz paulista teve ainda mais sucesso com os investimentos no campo: a produtividade da rizicultura subiu mais de 34% em 2023 em comparação à safra de 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alguns desses dados, isolados e observados em uma análise precipitada, indicam uma suposta subvalorização das culturas alimentares nos territórios brasileiro e paulista. A área cultivada de feijão no Brasil, por exemplo, registrou queda de 10% nos últimos dois anos. Entretanto, estudo do IBGE revela, também, um aumento na produtividade de aproximadamente 13%, o que segurou a produção e manteve o abastecimento interno.

As novas tecnologias nas lavouras são focadas no aumento da produção agrícola de forma vertical, ou seja, é possível produzir mais mesmo em áreas menores e a um custo reduzido. Esse desenvolvimento agrícola afeta positivamente toda a cadeia do agronegócio.

Vale lembrar que a maior parte dos produtores rurais paulistas é composta de pequenos e médios, que investem mais do que dinheiro; investem suas vidas para produzir alimentos de qualidade e que sejam acessíveis a todos. No governo de São Paulo, trabalhamos para ser facilitadores desse árduo trabalho dos homens e mulheres do campo.

Todos os recursos anunciados recentemente pelo governo de São Paulo têm como foco justamente esses pequenos e médios agricultores. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), braço de extensão rural de São Paulo, acompanha o agricultor desde o momento da procura do crédito até a elaboração de projetos agropecuários. ■

"...o agro não se resume aos excelentes resultados no mercado financeiro. Nossa *expertise* e investimentos aumentam a produtividade e elevam a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores dentro e fora de São Paulo."

REFLEXÃO

PROPÓSITO E DIREÇÃO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



As pessoas sempre têm medo das mudanças. Tinham medo da eletricidade quando foi inventada.
Bill Gates

VIVEMOS TEMPOS de mudanças radicais: no clima, efeitos de seca e inundações simultâneas não recebem a devida atenção dos países, na luta contra emissões que podem piorar a realidade que já vivemos. O avanço do populismo alimenta autocracias, sob o olhar complacente ou indiferente de países ditos democratas. Na Europa e no Oriente Médio, há conflitos. Se isso não bastasse, temos riscos na Ásia: um tipo de guerra fria entre os EUA e a China, com impactos na economia mundial.

Esse cenário é agravado por inflação relutante no momento pós-pandemia, logística travada nas cadeias globais de suprimento, crescimento de ações unilaterais de blocos economicamente fortes – com uma Organização Mundial do Comércio (OMC) em frangalhos – e compromissos de acordos globais para os quais não vemos esforços, tampouco investimentos para efetivação. E ainda há o tensionamento na política, entre direita e esquerda.

Esses fatos são oportunidades (para os otimistas) ou ameaças (para os pessimistas), que devem ser abraçadas ou combatidas conforme o entendimento de cada um. No entanto, como disse John F. Kennedy, "esforço e coragem não são suficientes sem propósito e direção". Um país precisa definir aonde quer chegar para que sejam escolhidos caminhos. Apoiar autoridades sem liderança ou caminhar com líderes sem autoridade não assegura propósito ou direção.

Faço essa reflexão, leitor, para levá-lo à segunda metade do século XX, quando se acentuaram críticas às biomassas como *commodities* de baixo valor e sinal de atraso. Feito esse exercício, voltemos ao século XXI, que pôs a bioeconomia em compasso com a inteligência artificial. Atualmente, temos biomassa sendo convertida em alimentos, energias e derivados em escala por indústrias competitivas e sem os limites da proteção do governo, em um esforço global de redução de emissões, por meio do qual produzimos mais com menos. Esse é o propósito do protagonismo brasileiro nessa área, com biocompetitividade.

A palavra mágica para a direção, com propósito, é "integração". Na produção agrícola com cadeias integradas ou na relação público-privada, a integração é essencial para democracias fortes: permite rever posições, ajustar o norte e melhorar a administração. No complexo mundo atual, estar preparado requer propósito e direção. Sob o drama da insegurança alimentar, da urgência para a transição energética e das ações contra mudanças climáticas, o Brasil e o agro são um porto seguro.

Nesse mundo fragmentado em blocos de países amigos e próximos, com posições comuns e estímulos para integração aos investimentos e ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil caracteriza-se como exportador, principalmente para os países asiáticos, mas mantém as suas raízes ocidentais – e isso é fundamental para garantir mais espaço ao agro, que se expande e precisa de mercados ao mesmo tempo em que necessita de alianças no mundo desenvolvido ocidental. Apesar do avanço do populismo e do protecionismo, é com alianças que o Brasil se fortalecerá nessa nova onda do período pós-hiperglobalização.

Sem subsídios, mas com capacidade competitiva, políticas públicas com mecanismos de integração público-privada serão um caminho de equilíbrio, racionalidade e suporte político. Fortalecendo instituições de pesquisa e desenvolvimento, ampliando o mercado de capitais ao agro e estruturando o seguro rural, o Brasil do agro continuará proporcionando segurança alimentar, desenvolvimento e orgulho aos seus cidadãos. ■

"No complexo mundo atual, estar preparado requer propósito e direção. Sob o drama da insegurança alimentar, da urgência para a transição energética e das ações contra mudanças climáticas, o Brasil e o agro são um porto seguro."



TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV



LANÇAMENTO

MANUAL DE ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS

LEGISLAÇÃO, PROCEDIMENTOS DE ARMAZENAMENTO, TREINAMENTOS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E MUITO MAIS.

Uma leitura indispensável para um agronegócio mais seguro e a preservação do meio ambiente.

Esses são apenas alguns dos conteúdos que você encontrará neste manual inédito produzido pelo Sistema Ocesp. Disponível em duas versões – para propriedades agrícolas e para cooperativas e comerciantes –, o e-book foi desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), para auxiliar na implementação de medidas para a segurança e a conformidade com as normas vigentes.

Acesse o QR Code e confira

www.sistemaocesp.coop.br

DISPONÍVEL GRATUITAMENTE PARA DOWNLOAD!

DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS

Sistema Ocesp
O sistema de desenvolvimento das cooperativas.